



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1296
Rubrica	

“E D I T A L”	
Pregão Eletrônico n.º 14/2026- SRP	
P R E Â M B U L O	
Processo n.º	25402/2025
Fundamento Legal:	Lei Federal nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 937/2022 e 78/2025.
Objeto:	Registro de Preços para eventual contratação de Solução Integrada de Inteligência e Gestão de Microdrenagem Urbana (Smart Drainage) , caracterizando-se como solução tecnológica, envolvendo o fornecimento de ativos de hardware (IoT) na modalidade as a Service, licenciamento de software avançado e serviços de engenharia sanitária.
Critério de Julgamento:	Menor Preço por Grupo
Execução:	Indireta
Modo de Disputa	Aberto
Data:	12/05/2026
Horário:	10h
Local de Realização:	www.comprasgovernamentais.gov.br

1. INTRODUÇÃO

1.1 – O MUNICÍPIO DE MARICÁ, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, torna público que fará realizar licitação, autorizados através das Portarias SGLC nº 013/2026 e 29/2026 sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo critério de julgamento Menor Preço por Grupo, para prestação de serviços de **Registro de Preços para eventual contratação de Solução Integrada de Inteligência e Gestão de Microdrenagem Urbana (Smart Drainage)**, caracterizando-se como solução tecnológica, envolvendo o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1297
Rubrica	

fornecimento de ativos de hardware (IoT) na modalidade as a Service, licenciamento de software avançado e serviços de engenharia sanitária., devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da lei.

1.2 – A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – **Lei de Responsabilidade Fiscal**, pelo **Código de Defesa do Consumidor**, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, e pelos **Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 937/2022 e 78/2025**, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

1.3 – A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema **COMPRAS.GOV**, disponibilizado e processado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas), mantido pelo Governo Federal, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.4 – As retificações do Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.5 – A licitação que é objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, nos termos do artigo 71, inciso II e §2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6 – As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras), através do



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1298
Rubrica	

Portal de Transparência do Município de Maricá <https://www.marica.rj.gov.br> ou pelo e-mail: maricacpl@gmail.com.

1.7 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico **maricacpl@gmail.com**.

1.7.1 – O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

1.8 – Os interessados poderão formular impugnações até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública por meio eletrônico, endereçado ao correio eletrônico: **maricacpl@gmail.com**.

1.8.1 – Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

1.8.2 – A impugnação possui efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

1.8.3 – Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

1.9 – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada nos prazos indicados nos itens 1.7.1. ou 1.8.1.,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1299
Rubrica	

conforme o caso, no mesmo horário e local, salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

2. AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

2.1 – Autorização do(a) Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade conforme art. 2º da Lei Complementar nº 398/2025 e art. 3º c/c art. 73 do Decreto Municipal nº 398/2025, constante do Processo Administrativo nº 25402/2025 de 09/12/2025.

3. DIA, HORÁRIO E LOCAL DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

3.1 – No dia **12 de maio de 2026, às 10 h**, o Pregoeiro iniciará a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE – Nº14/2026, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> (Portal Nacional de Compras Públicas).

3.2 – No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

4. OBJETO

4.1 – O objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para eventual contratação de Solução Integrada de Inteligência e Gestão de Microdrenagem Urbana (Smart Drainage)**, caracterizando-se como solução tecnológica, envolvendo o fornecimento de ativos de hardware (IoT) na modalidade as a Service, licenciamento de software avançado e serviços de engenharia sanitária, conforme as especificações constantes deste Edital e/ou do Termo de Referência.

4.1.1 – A quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida é de 100% (cem por cento).

4.1.2 – A quantidade mínima de unidades de bens a ser cotada corresponde a 100% (cem por cento).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1300
Rubrica	

4.1.3 – Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

4.1.4 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

4.1.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.1.6 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item 4.1.3, mediante o instituto da adesão, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes. As respectivas adesões também não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.1.7 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.1.8 - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1301
Rubrica	

4.1.9 - O órgão gerenciador responsável pela gestão da ata somente poderá autorizar as aquisições pelos órgãos participantes em caso de restar saldo na ata. No tocante às adesões, o órgão não poderá autorizar a adesão em atas integralmente consumidas pelos órgãos participantes.

4.1.10 - O órgão gerenciador responsável pela gestão da ata somente poderá autorizar as adesões depois de realizada a primeira aquisição ou contratação por órgão participante da ata de registro de preços.

5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 – Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

[SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE]

ÓRGÃO: 31; 02

PROGRAMA DE TRABALHO: 18.541.0046

AÇÃO PROGRAMÁTICA: 1.158

CÓDIGO DE DESPESA: 3.3.90.39; 3.3.90.40

FONTE DE RECURSO: 1704

5.2 – O demonstrativo contendo a estimativa prevista encontra-se no Anexo I, totalizando a importância de **R\$ 92.038.805,89** (noventa e dois milhões, trinta e oito mil e oitocentos e cinco reais e oitenta e nove centavos).

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 – O critério de julgamento da presente licitação é o **Menor Preço por Grupo**.

7. PRAZOS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1302
Rubrica	

7.1 – O Contrato vigorará a partir da assinatura até 12 (doze) meses, contados a partir da ordem de início.

7.2 – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2.1 – No caso de serviços contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

7.3 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data da realização da licitação.

7.4 – Decorrido o prazo consignado no item anterior sem que tenha havido convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos.

7.5 – As Atas de Registro de Preços vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecerão vantajosos, a partir da data de sua assinatura, devendo haver a publicação no Jornal Oficial do Município, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal da Transparência do Município de Maricá.

7.5.1 – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do item 7.5.

7.5.2 – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

7.5.3 – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1303
Rubrica	

mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao Provedor do Sistema (<https://www.gov.br/compras/pt-br>.)

8.2 – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

8.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistem qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos serviços que cotar.

8.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

8.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

8.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.7 – Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1304
Rubrica	

de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

8.8 – Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem a documentação de habilitação descrita no subitem (A.7) do item 13.

8.9 – Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

(a) as empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea (d). Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

(b) apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico–financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico–financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico–financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico–financeira;

(c) as empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

(d) as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

(e) O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1305
Rubrica	

8.10 – As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto do Contrato, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

8.10.1 – A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pelo(a) Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados à ocasião do certame.

8.11 – Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

8.12 – Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

8.13 – Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1306
Rubrica	

ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.14 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.15 – Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

8.16 – As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

8.16.1 – A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

8.17 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

8.18 – É vedada a participação do órgão ou entidade promotora da licitação em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no respectivo edital.

8.19 – Todas as documentações solicitadas deverão ser apresentadas pelas licitantes com data anterior ou equivalente à data da realização do certame.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1307
Rubrica	

9. CREDENCIAMENTO

9.1 – Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do “Manual do Fornecedor”, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

9.1.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG – Sistema COMPRAS.GOV.

9.1.2 – O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

9.1.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

9.1.4 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.1.5 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

10. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO

10.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública prevista no item 3.1.

10.1.1 – A etapa de que trata esse item será encerrada com a abertura da sessão pública.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1308
Rubrica	

10.1.2 – As propostas de preço serão ofertadas com base no **Menor Preço por Grupo** do objeto licitado.

10.2 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas inseridas no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 3.1.

10.2.1 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados após solicitação do anexo.

10.2.2 – Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado, em formato digital, após a convocação do anexo pelo pregoeiro.

10.2.3 – O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada no sistema e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

10.2.3.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 10.2.3, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no sistema.

10.2.4 – Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização do procedimento da fase de lances.

10.3 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a entrega do(s) bem(ns), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da CONTRATADA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1309
Rubrica	

necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

10.4 – O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

10.4.1 – O valor devido título de contraprestação pela execução dos serviços será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.

10.4.2 – Os **custos indiretos**, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

10.5 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços.

10.6 – A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro.

10.7 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

10.8 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1310
Rubrica	

negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.9 – A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.

10.9.1 – As licitantes que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, deverão apresentar declaração na forma do Anexo XI.

10.9.2 – A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

10.9.3 – A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

11. FORMULAÇÃO DE LANCES E ABERTURA DE PROPOSTAS

11.1 – A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta automaticamente via sistema **COMPRAS.GOV**.

11.1.1 – Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

11.1.2 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1311
Rubrica	

11.2 – A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico para os autores das propostas classificadas.

11.3 – Para a etapa de lances neste pregão eletrônico será adotado o **modo de disputa aberto**.

11.4 – Aberta a etapa de lances, as licitantes classificadas deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

11.5 – As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação pertinentes.

11.5.1 – O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 0,01% (um centésimo por cento) entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.5.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.5.3 – Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.

11.5.4 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, a não ser em situação devidamente justificada e aceita pelo Pregoeiro, sujeitando-se a licitante às penalidades previstas no item 24 deste edital.

11.6 – A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos dois últimos minutos do período de duração da sessão pública.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1312
Rubrica	

11.6.1 – A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.6.2 – Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

11.6.3 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

12. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do Menor Preço por Grupo sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do pregão eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada grupo, na estimativa orçamentária (Anexo I).

12.2 – O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada no sistema e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

12.3 – O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

12.4 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que contiverem vícios insanáveis;
- c) que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1313
Rubrica	

- e) que apresentarem desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do Edital;
- f) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- g) que por ação da licitante ofertante contenha elementos que permitam a sua identificação;
- h) que não tenha indicado a marca dos produtos cotados;
- i) cujo objeto esteja desacompanhado da documentação técnica/certificação exigida no Termo de Referência.

12.4.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

12.5 – Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte em relação àquelas empresas que não detenham essa condição.

12.5.1 – Serão consideradas em situação de empate as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela considerada mais bem classificada.

12.5.2 – Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela até então considerada a melhor oferta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;
- b) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta;
- c) Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada não apresente proposta de preço inferior, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, para o exercício de igual direito;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1314
Rubrica	

d) No caso de equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem na situação de empate antes prevista, será convocada primeiro para apresentar melhor oferta aquela que tenha tido o seu último lance recebido e registrado em primeiro lugar.

12.5.3 – Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ter sua proposta considerada a mais bem classificada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente mais bem classificada do certame.

12.5.4 – Somente haverá aplicação do disposto nos itens acima quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

12.6 – Caso esteja configurado empate em primeiro lugar, após a observância do direito de preferência disposto no item 12.5 ou inexistindo proposta de microempresas ou empresas de pequeno porte em situação de empate, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar novo lance.

12.6.1 – Na hipótese de o disposto no item 12.6 não ser suficiente para solucionar o empate, serão observados, quanto às propostas em situação de empate, os demais critérios e preferências previstos no art. 60, *caput*, e §1º da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 22 do decreto Municipal nº 922/2022.

12.6.1.1 – Permanecendo o empate, o sistema **COMPRAS.GOV** realizará o sorteio.

12.7 – Após o encerramento das etapas anteriores, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas em edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1315
Rubrica	

12.7.1 – A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.7.2 – Haverá um prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta, e se necessário, dos documentos complementares, conforme o item 10.2.2, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

12.8 – O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor.

OBS: Não serão aplicados os benefícios previstos no art. 42 a 49 da LC 123/2006 nos casos previstos no art. 4º, § 1º da lei 14.133/2021.

12.9 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.

Da Prova de Conceito (PoC) e Análise de Amostras

12.10 – A Secretária de meio Ambiente e Sustentabilidade deverá requisitar, a qualquer momento, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, demonstração(ões) do(s) serviço(s) objeto da presente licitação, na forma do Termo de Referência.

12.10.1. Como condição para aceitação definitiva da proposta, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da convocação pelo Pregoeiro, Amostras e Prova de Conceito (PoC) dos equipamentos ofertados, a fim de que a Administração verifique a conformidade com as especificações técnicas, desempenho e qualidade exigidos neste Termo de Referência.

12.10.2. Itens a serem apresentados:

12.10.3. O licitante deverá disponibilizar para análise da equipe técnica:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1316
Rubrica	

- a) 01 (uma) unidade do Dispositivo Coletor (Cesto): Para verificação de dimensões, material, resistência da malha e sistema de fixação;
- b) 01 (uma) unidade do Sensor Volumétrico IoT: Devidamente ativado e funcional;
- c) Acesso à Plataforma de Telegestão (Ambiente de Teste): Link, login e senha para verificação do recebimento dos dados do sensor apresentado;
- d) Documentação Técnica (Datasheet): Ficha técnica original do fabricante dos sensores e dos cestos, contendo especificações de materiais, dimensões e normas atendidas;
- e) Certificação ANATEL: Cópia do Certificado de Homologação emitido pela ANATEL referente ao modelo do sensor/transmissor ofertado.

12.10.4. Roteiro de Testes (Prova de Conceito):

12.10.4.1. A avaliação será realizada pela equipe técnica da contratante, em sessão pública designada para este fim, observando os critérios do Apenso ao presente termo de Referência, considerando:

12.10.4.1.1. Teste de Conectividade: O sensor será estimulado fisicamente (simulação de enchimento) e deverá enviar o alerta correspondente para a Plataforma de Telegestão em tempo real (ou dentro da latência do protocolo LoRaWAN/NB-IoT), comprovando a integração Hardware-Software.

12.10.4.1.2. Teste Físico do Cesto: Será verificada a robustez da malha, a existência do sistema de extravasão (ladrão) para não bloquear a água e a compatibilidade do suporte de fixação com as bocas de lobo padrão do município.

12.10.4.1.3. Verificação de Especificações: Confronto entre as características físicas da amostra, as informações do Datasheet e as exigências deste Termo de Referência (ex: grau de proteção IP67/68, dimensões da malha, tipo de bateria).

12.10. 5. Da Aprovação ou Rejeição:

12.10.5.1. Será rejeitada a proposta do licitante cuja amostra/PoC não atender às especificações técnicas, não apresentar conectividade funcional durante o teste ou apresentar vícios de qualidade.

12.10.5.2. Na hipótese de rejeição, o Pregoeiro convocará o licitante remanescente (segundo colocado) para apresentação de suas amostras, e assim sucessivamente.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1317
Rubrica	

12.11 – Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

- a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensão de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea.
- b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor], por meio de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará a documentação complementar descrita no item 13 deste edital;
- c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos no item 13 deste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;
 - c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- d) A(s) licitante(s) deverá(ão) remeter sua documentação de habilitação após convocação do anexo pelo pregoeiro. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos serão enviados em formato digital, via Sistema Compras.gov, observado o item 12.7.2
- e) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 10.2.3. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no sistema.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1318
Rubrica	

f) Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

g) Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.12 – Se a oferta não for aceitável, permanecendo acima do máximo estipulado para a contratação no item 5.2, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

12.12.1 – Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, essa deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, nos termos do item 12.7.2.

12.12.2 – Na hipótese do art. 61, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, o Pregoeiro, após negociar com os demais licitantes, na ordem de classificação, decidirá sobre a aceitabilidade das propostas e, em caso positivo, observará quanto à verificação e comprovação da habilitação, o procedimento previsto no item 13.2

12.13 – Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

12.14 – Encerrada a sessão pública, a licitante declarada vencedora deverá apresentar, ao Pregoeiro, a documentação de habilitação que foi apresentada em cópia simples ou sem



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1319
Rubrica	

informações para comprovação de autenticidade, antes encaminhada por meio do Sistema Compras.gov, a via física original ou autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

13. HABILITAÇÃO

13.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 12.14 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- (A) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- (B) Documentação relativa à habilitação econômico-financeira;
- (C) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- (D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- (E) Documentação relativa à qualificação técnica.
- (F) Declarações:

Anexo IV – Declaração de responsabilização Civil e administrativa

Anexo V - Declaração de Inexistência de nepotismo

Anexo VI - Declaração - art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo VII - Declaração ref. ao emprego de menor

Anexo VIII - Declaração para fins de habilitação - art. 63, inciso i e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo IX - Declaração de cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo X - Declaração de cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho

Anexo XI – Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Anexo XII – Modelo De Declaração De Visita

13.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

13.3 – Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1320
Rubrica	

específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (D) poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e em sistemas semelhantes mantidos pelo Município.

13.5 – O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no sistema e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

13.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 13.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no sistema.

(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1321
Rubrica	

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:

(A.7.a) Ato constitutivo;

(A.7.b) Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.c) Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

(A.7.d) Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;

(A.7.e) Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;

(A.7.f) Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;

(A.7.g) Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

(A.8) Declaração formal de que atende às disposições do art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 2º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 921/2022, na forma do Anexo VI.

(B) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1322
Rubrica	

(B.1) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar:

(B.1.a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um). Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

(B.1.1) – A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

(B.1.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(B.1.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1323
Rubrica	

(B.1.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.2.2.2) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item B.1 limitar-se-ão ao último exercício.

(B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

(B.2.1) Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

(B.3) Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. As licitantes sediadas em demais comarcas do Estado do Rio de Janeiro, que não a do Município de Maricá, ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(B.3.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1324
Rubrica	

(B.4) Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Anexo IX do Edital de Pregão Eletrônico nº 14/2026.

(C) – HABILITAÇÃO FISCAL

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1325
Rubrica	

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.3.c.1) No caso de licitante domiciliada no Município de Maricá, essa deverá apresentar, além dos documentos listados no item acima, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto Predial e Territorial Urbano. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua sede, deverá apresentar declaração própria, atestando essa circunstância.

(C.4) No caso de licitante domiciliada em outro município, mas que possua filial ou escritório no Município de Maricá, essa deverá apresentar, em relação à filial ou ao escritório, certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e do Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal. Não sendo a licitante proprietária do imóvel onde localizada a sua filial ou escritório, deverá apresentar declaração própria atestando essa circunstância.

(C.5) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–FGTS.

(C.6) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.6.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1326
Rubrica	

(C.6.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.6.c) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo VII, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Declaração de Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, Anexo IX.

(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

(E.1) Para fins de qualificação técnico-operacional e técnico-profissional, com fundamento no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitantes deverão apresentar:

(E.2) A Prova de registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em plena validade.

(E.2.1) A exigência de Registro ou Inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em plena validade, encontra respaldo na exigência



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1327
Rubrica	

legal de comprovação de aptidão técnico-profissional compatível com o objeto licitado, atribuindo aos Conselhos profissionais a fiscalização das atividades técnicas sujeitas à responsabilidade técnica.

(E.3) A licitante deverá declarar disponibilidade da Licença de Operação Ambiental válida e emitida pelo órgão ambiental competente, que autorize o exercício das atividades relacionadas ao tratamento, manejo, transporte ou disposição de resíduos sanitários e demais operações correlatas previstas no objeto.

(E.3.1) Informa que a licença é imprescindível para garantir que a licitante está legalmente apta a desempenhar as atividades previstas, preservando o interesse público, o meio ambiente e a segurança sanitária dos serviços a serem executados.

(E.3.2) A exigência decorre da natureza sensível e potencialmente poluidora das atividades inerentes ao objeto contratual, especialmente no que tange ao tratamento, manuseio, transporte ou disposição de resíduos oriundos de sistemas de esgotamento sanitário.

(E.3.3) O licenciamento ambiental brasileiro estrutura-se em três fases sequenciais, conforme o Decreto nº 99.274/1990: (i) Licença Prévia (LP), que aprova a concepção e a viabilidade ambiental; (ii) Licença de Instalação (LI), que autoriza o início das obras; e (iii) Licença de Operação (LO), que autoriza o funcionamento após a comprovação do cumprimento das exigências ambientais. A exigência da LO no presente certame recai sobre a fase mais crítica: a operação efetiva de atividades potencialmente poluidoras que integram o objeto contratado.

(E.4) Qualificação Técnico-operacional

- o Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1328
Rubrica	

- Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) no período de 12 (doze) meses, sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados, com as seguintes características mínimas:

Item	Especificação	Quantidade total do item	Unidade de Medida	Quantidade a ser comprovada	Quantidade a ser comprovada em Percentual (%)
1	Subscrição de Software (Licenciamento SaaS): Direito de uso anual da plataforma de telegestão, aplicativos mobile, dashboards e APIs de integração.	7.000	Subscrição Anual (por sensor)	2.100	30%
2	Disponibilização de Infraestrutura IoT (IaaS): Subscrição anual referente à disponibilização, locação e garantia de funcionamento de 7.000 sensores e cestos inteligentes (Hardware as a Service).	7.000	Subscrição Mensal (por sensor)	2.100	30%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1329
Rubrica	

5	Serviços Continuados de Operação e Saneamento: Execução de limpeza mecanizada, desobstrução, manutenção física e suporte técnico.	12	Mês	03	25%
---	---	----	-----	----	-----

- Para comprovação de experiência acima solicitada, deverá ser apresentada:
- **Referente ao item 1:** a apresentação de atestados que comprovem a experiência na implantação e operação de sistema de telegestão de ativos urbanos (como bueiros, iluminação pública, hidrômetros ou similares), utilizando sensores com conectividade sem fio (IoT), integrados a plataforma de software para visualização de dados e emissão de alertas, em nome do licitante, com o quantitativo mínimo de 2.100 (duas mil e cem) unidades monitoradas, correspondente a 30% do quantitativo para fins de comprovação da expertise para operação em sua métrica.
- **Referente ao item 2:** a apresentação de atestado comprovando experiência na gestão, operação ou disponibilização de infraestrutura de dispositivo de sensoriamento remoto ou telemetria, utilizando conectividade sem fio (IoT), integrados a uma plataforma de software para visualização de dados e emissão de alertas, com o quantitativo mínimo de 2.100 (duas mil e cem) subscrições mensais (por sensor), correspondente a 30% do quantitativo para fins de comprovação da expertise.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1330
Rubrica	

- **Referente ao item 5:** a apresentação de atestado de execução de serviços de limpeza mecanizada, manutenção ou desobstrução de galerias de águas pluviais, redes de esgoto, bueiros ou bocas de lobo, com utilização de equipamentos combinados (hidrojato/sugador), com o quantitativo mínimo de prestação de serviço de 03 (meses) meses, correspondente a 25% do quantitativo para fins de comprovação da expertise.
- Para fins de comprovação da qualificação técnica operacional exigida, serão aceitos atestados que demonstrem o monitoramento de ativos urbanos ou remotos diversos, tais como: bueiros inteligentes, iluminação pública (telegestão), hidrômetros ou medidores de energia (*smart metering*), rastreamento de ativos móveis/frota, estações meteorológicas ou monitoramento ambiental, desde que a solução comprove o uso de transmissão de dados e gestão centralizada via sistema web.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
- Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora; e
- A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1331
Rubrica	

- A seleção das parcelas de maior relevância foi realizada considerando os elementos que efetivamente estruturam o funcionamento da solução e cuja execução inadequada comprometeria o desempenho global do sistema, sendo identificadas como parcelas de maior relevância os seguintes componentes:
- Gestão de Monitoramento Remoto (IoT) - Tal parcela representa o núcleo tecnológico da solução, responsável pela implantação e operação do sistema de sensoriamento volumétrico, transmissão de dados e monitoramento remoto dos ativos urbanos.
- Serviços de Saneamento e Limpeza Urbana com Equipamentos Especializados - A execução material das intervenções físicas no sistema de drenagem constitui o braço operacional da solução, sendo indispensável para a efetividade das informações geradas pela camada tecnológica.
- Gestão e Disponibilização de Infraestrutura de Monitoramento IoT (IaaS/Telegestão) - Esta parcela refere-se à capacidade de prover e operar a infraestrutura tecnológica necessária à coleta, transmissão e gestão de dados provenientes dos sensores instalados nos ativos urbanos.
-

(E.5) Qualificação Técnico-profissional

(E.5.1) Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (CREA), detentor(es) de acervo de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

1. Engenheiro(a) Civil ou Engenheiro(a) Ambiental ou Engenheiro(a) Sanitário(a); e
2. Engenheiro(a) de Telecomunicações ou Engenheiro(a) Eletrônico(a).

(E.5.2) O A admissão dos profissionais – Engenheiro(a) Civil ou Engenheiro(a) Ambiental ou Engenheiro(a) Sanitário(a) - de forma alternativa é tecnicamente



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1332
Rubrica	

fundamentada, pois cada um é individualmente suficiente para cobrir as atividades técnicas sujeitas a responsabilidade formal, e a permissão de qualquer um dos três amplia a competição sem abrir mão da segurança técnica, em plena conformidade com a Lei nº 14.133/2021, art. 67, inciso I.

(E.5.3) A admissão dos profissionais - Engenheiro(a) de Telecomunicações ou Engenheiro(a) Eletrônico(a) - de forma alternativa é tecnicamente fundamentada e amplia a competição sem abrir mão da segurança técnica, vez que ambas derivam da mesma base normativa (Art. 9º da Res. 218/73) e têm atribuições que, conjugadas, cobrem integralmente o escopo tecnológico do objeto.

- O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).
- O (s) responsável (is) técnico (s) indicados poderá (ão) ocupar a posição de diretor, sócio, empregado ou prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com o licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, por meio de carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso;
- O (s) responsável (is) técnico (s) indicados poderá (ão), ainda, se vincular ao licitante por meio de declaração de compromisso de vinculação contratual futura ou por contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante hipótese na qual deverá especificar sua vinculação à execução integral do serviço objeto da licitação;
- O profissional indicado pela Licitante como Coordenador e Responsável deverá apresentar uma Declaração de Anuência e Concordância com a indicação.

(E.5) Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337-F do Código Penal.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1333
Rubrica	

(E.8) Vistoria

(E.8.1) É recomendada, mas não obrigatória, a Visita Técnica Prévia dos licitantes aos locais que receberão as intervenções do objeto deste certame, devendo ser realizada por responsável técnico ou preposto nomeado por instrumento de procuração, munido de documentação que comprove seu poder de representação.

(E.8.2). Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda-feira à sexta-feira, das 08:00h às 17:00h, com posterior emissão do Certificado de Visita Técnica, sendo concedido 15 (quinze) minutos de tolerância para atrasos, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 2637-2052, Ramal 289, ou pelo e-mail: ambiente.marica.rj@gmail.com. com a finalidade de conhecimento da área, e das condições locais em que os serviços serão prestados, bem como aferir os demais esclarecimentos que o licitante julgar necessários para a futura execução do serviço.

(E.8.3) O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

(E.8.4). A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

(E.8.5). As empresas interessadas poderão dispensar a visita técnica, desde que assim o declarem e em hipótese alguma poderá ser alegado desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato, dos projetos, das especificações técnicas, do memorial ou de qualquer documento parte desta contratação.

(E.8.6). A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

(E.8.7). Assim, recomenda-se a realização de visita técnica, a qual deverá ser atestada por meio de documento previsto no Anexo C deste Termo de Referência ou declaração preenchida pelo licitante de que conhece e está ciente de todas as condições dos locais para a execução do objeto Anexo D do Termo de Referência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1334
Rubrica	

14. RECURSOS

14.1 – Divulgada a vencedora, o sistema informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar motivadamente a intenção de interpor recurso.

14.2 – A falta de manifestação imediata da licitante importará a decadência do direito de recurso.

14.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

14.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

14.6 – Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no mesmo prazo, a contar do recebimento.

14.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

14.9 – No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1335
Rubrica	

15. CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

15.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

15.2 – Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

15.2.1 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

15.3 – A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

15.3.1 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – Constatada a regularidade dos atos praticados e decididos os recursos eventualmente interpostos, a autoridade competente do órgão adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1336
Rubrica	

16.1.1 Após o julgamento da proposta e a homologação do certame será lavrada a Ata de Registro de Preços, assinada pela autoridade competente e pelas licitantes vencedoras.

16.1.2 – A Ata de Registro de Preços discriminará todos os itens que compõem o objeto licitado, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

16.2 – A CONTRATANTE formalizará seu pedido de fornecimento por meio de contrato ou instrumento equivalente.

16.3 – A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas beneficiárias do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

16.4 – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo III) e da própria Ata de Registro de Preços (Anexo XIII).

16.5 – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

16.6 – O Órgão Gerenciador acompanhará a evolução das condições de mercado dos preços registrados.

16.7 Fica destinado o percentual de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total, desde que o Órgão Gerenciador admita adesões.

17. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1337
Rubrica	

17.1 – O registro de preços será formalizado pela Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo XIII.

17.1.1 – A ata de registro de preços poderá ser formalizada com mais de um prestador, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

17.2 – Serão celebradas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o objeto deste pregão.

18. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1 – As Atas de Registro de Preço serão firmadas entre Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade e as licitantes vencedoras.

18.1.1 – Serão incluídos na Ata de Registro de Preços os licitantes que aceitarem cotar os bens em preços iguais ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que mantiver sua proposta original, conforme o inciso VI do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.2 – As licitantes vencedoras terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços.

18.3 – A recusa injustificada das licitantes vencedoras em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas, reservando-se a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, realizar nova licitação ou convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, prevalecendo, neste caso, as mesmas condições da proposta da primeira classificada, inclusive quanto ao preço.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1338
Rubrica	

18.4 – As licitantes remanescentes convocadas na forma do item 18.3, que não concordarem em assinar a Ata de Registro de Preços, não estarão sujeitas às penalidades estabelecidas neste Edital.

19. ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

19.1 – Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo do serviço e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos prestadores.

19.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por álea extraordinária, o órgão gerenciador convocará os prestadores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

19.2.1 - Os prestadores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

19.2.2 A ordem de classificação dos prestadores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

19.2.3 - A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

19.3. Quando o preço registrado tornar-se inferior ao preço de mercado, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento/prestação de serviço, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1339
Rubrica	

- a) a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
- b) a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
- c) seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

19.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

19.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor/prestador continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

19.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no item antecedente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores/prestadores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

19.3.4 Liberado o fornecedor na forma do item antecedente, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

19.3.5 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1340
Rubrica	

estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

19.3.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

19.4 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- I - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa plausível;
- II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV - sofrer sanção de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade.
- V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

19.4.1 O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.5 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I- por razão de interesse público; ou
- II - a pedido do fornecedor.

20. GARANTIA DO CONTRATO E DA PROPOSTA

20.1 – Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 1% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

20.2. Será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos neste item.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1341
Rubrica	

20.3. No caso de seguro-garantia, a prestação da garantia pelo contratado será efetuada em no mínimo 1 (um) mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

20.4. Em relação ao seguro-garantia, o instrumento deverá contemplar a possibilidade de sua renovação no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e a data de encerramento da sua execução e incluir a cobertura dos valores relativos a multas eventualmente aplicadas.

20.5. O contratante utilizará a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a essa, inclusive, para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.

20.6. Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

20.7. Em caso de extinção decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

20.8. Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pelo Contratante, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

20.9. Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual de 1% (um por cento) do valor do Contrato.

20.10. Sempre que houver reajuste ou alteração do valor do Contrato, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no ordenamento.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1342
Rubrica	

20.11. Os reforços do valor da garantia poderão ser igualmente prestados em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.12. A garantia contratual somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da CONTRATADA.

20.13. A devolução da garantia ficará condicionada à comprovação pela Contratada, da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto contratado.

20.14. A devolução da garantia contratual pressupõe, por sua essência, a plena satisfação de todas as obrigações contratuais, o que também envolve, por certo, a quitação dos encargos de índole trabalhista advindas da execução do contrato. Assim, mostra-se justo e coerente condicionar a devolução da garantia contratual face à prova de quitação de todas as verbas trabalhistas.

20.15. A prestação da garantia observará, no que couber, os artigos 96 a 102 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Garantia da Proposta

20.16. A LICITANTE prestará garantia de proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado para execução dos serviços, art. 58, da lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.17. O comprovante do recolhimento da garantia será encaminhado por via sistema após fase de lances, considerando que o sistema Portal de Compras Públicas não realiza upload de arquivos antes da referida fase, mediante a solicitação do Pregoeiro.

20.18. O não envio da garantia será motivo de desclassificação da proposta. A elaboração do referido documento após o horário de abertura do CERTAME será motivo de desclassificação.

20.19. A Garantia não poderá ter validade inferior a 90 (noventa) dias da abertura do certame.

20.20. O comprovante do recolhimento da garantia deve ser emitido até o horário final para cadastramento de sua proposta no sistema COMPRAS.GOV.

20.21. A Garantia que trata o item 5.42 será devolvida aos licitantes do prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1343
Rubrica	

21. CONTRATAÇÃO

21.1 – Integra o presente Edital, sob a forma de Anexo XIV, a minuta do Contrato cujas disposições disciplinarão as relações entre a(s) CONTRATANTE(S) e a ADJUDICATÁRIA.

21.2 – A prestação dos serviços que tiverem seus preços registrados na Ata de Registro de Preços será solicitada pelo CONTRATANTE mediante convocação da ADJUDICATÁRIA, por meio de publicação no Jornal Oficial do Município ou de comunicação formal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente.

21.3 – A ADJUDICATÁRIA deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido do respectivo instrumento de procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo-lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

21.3.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

21.3.2 – Nas contratações de grande vulto, o licitante vencedor deverá comprovar a implantação de programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, na forma do § 4º do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4 – Se o prestador de serviço convocado não assinar o contrato ou instrumento equivalente, não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais que tiverem aceitado fornecer os bens com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas cabíveis.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1344
Rubrica	

21.4.1 – Se não houver outros prestadores de serviço registrados que tenham aceitado prestar serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, o Pregoeiro poderá examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

21.5 – A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

21.5.1 – O Contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

21.6 – A CONTRATADA será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos bens que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo setor do(a) CONTRATANTE responsável pela fiscalização da execução do contrato. A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.7 – A CONTRATADA será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1345
Rubrica	

21.8 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a licitante de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos bens fornecidos ou serviços executados.

21.9 – A licitante vencedora, sem ônus para o(a) CONTRATANTE, compromete-se a:

a) atender às solicitações do(a) CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir de seu recebimento;

b) substituir quaisquer materiais defeituosos ou qualitativamente inferiores em, **no máximo, 24 (vinte e quatro) horas** da solicitação, sendo que o não cumprimento sem motivo justo implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e seus anexos.

21.10 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá aos responsáveis pela fiscalização do contrato da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

22. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1 – Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data de adimplemento da parcela correspondente, obedecido o disposto na legislação.

22.1.1 – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

22.2 – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1346
Rubrica	

22.2.1 – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período–base mencionado no item anterior sem que a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

22.3 – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, na forma do Anexo VIII, e declaração de observância das normas de saúde e segurança do trabalho, na forma do Anexo X.

22.4 – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do efetivo serviço realizado, sem que o órgão esteja obrigado a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto no respectivo cronograma e em anexos do edital não tenham sido regularmente entregues e aceitos.

22.5 – No caso de erro em eventuais documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição.

22.6 – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

22.7 – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada *pro rata die*, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1347
Rubrica	

22.8 – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

23. REAJUSTE

23.1 – Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

23.2 – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do **IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice mensal relativo ao mês do orçamento estimado;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

23.3 – Caso o índice previsto neste Edital seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

24. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando às penalidades previstas no subitem 24.2, “d”;

24.2. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o órgão



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1348
Rubrica	

requisitante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

24.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

24.3.1. 0,5% (meio por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

24.3.2. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

24.3.3. 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e

24.3.4 A multa prevista nas alíneas “b” e “c” do item 24.2 será aplicada conforme as infrações cometidas e o nível de gravidade respectivo, indicados na matriz de risco e tabela a seguir:

I	M	Alto	6 (4%)	8 (8%)	9 (10%)
---	---	------	-----------	-----------	------------



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1349
Rubrica	

	Médio	3 (1,5%)	5 (3%)	7 (6%)
	Baixo	1 (0,5%)	2 (1%)	4 (2%)
		BAIXO	MÉDIO	ALTO
		PROBABILIDADE		

ITEM	DESCRIÇÃO	NÍVEL	MIN.	MÁX.
1	Deixar de manter, durante todo o período de vigência contratual, quaisquer das condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação.	9	10%	20%
2	Não prestar os serviços dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.	9	10%	20%
3	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato.	9	10%	20%
4	Se recusar a corrigir os erros no serviço e nos documentos emitidos em razão da execução do objeto do contrato apontados pela Fiscalização	8	8%	20%
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto.	8	8%	20%
6	Deixar de responsabilizar-se pelos encargos trabalhista, fiscal e comercial, pelos seguros de acidente e quaisquer outros encargos resultantes da prestação do serviço, quando for o caso.	7	6%	20%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1350
Rubrica	

7	Deixar de encaminhar documentos fiscais e todas documentações determinadas pelo fiscal do contrato para efeitos de atestar a entrega dos bens e comprovar regularizações.	6	4%	20%
8	Deixar de responsabilizar-se pelas informações, documentos e relatórios entregues, bem como deixar de assinar os documentos, atas e relatórios produzidos.	6	4%	20%
9	Caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras.	6	4%	20%
10	Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE	6	4%	20%
11	Retirar das dependências da Secretaria quaisquer equipamentos ou materiais de consumo sem autorização prévia.	6	4%	20%
12	Deixar de responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus colaboradores e por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE e a terceiros.	5	3%	20%
13	Deixar de prestar o serviço na forma determinada no Termo de Referência e no Planejamento do Trabalho	5	3%	20%
14	Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.	5	3%	20%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1351
Rubrica	

15	Deixar de resguardar que seus colaboradores cumpram as normas internas do CONTRATANTE e impedir que os que cometerem faltas a partir da classificação de natureza grave continuem na prestação dos serviços.	5	3%	20%
16	Deixar de relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do fiscal do Contrato ou pessoa designada pelo Secretário da pasta.	4	2%	20%
17	Deixar de se sujeitar à fiscalização do CONTRATANTE, tais como, mas não limitados a resposta de e-mails, telefonemas, atendimento às orientações do fiscal do contrato e a prestação dos esclarecimentos formulados.	3	1,50%	20%
18	Deixar de relatar à CONTRATANTE toda e quaisquer irregularidades ocorridas, que impeça, altere ou retarde a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento.	3	1,50%	20%
19	Deixar de comparecer às reuniões agendadas, sem prévia comunicação	3	1,50%	20%
20	Deixar de assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias para o atendimento dos colaboradores acidentados ou com mal súbito.	3	1,50%	20%
21	Deixar de responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho sofridos pelos seus empregados quando em serviço, quando for o caso.	1	0,50%	20%
22	Deixar de observar rigorosamente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho.	1	0,50%	20%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1352
Rubrica	

23	Deixar de disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.	1	0,50%	20%
----	---	---	-------	-----

24.3.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

24.4. Na gradação das multas administrativas serão observadas as seguintes regras:

24.4.1. Se o infrator, cumulativamente, não for reincidente na prática de infrações administrativas, não tiver agido com dolo e não tiverem ocorrido circunstâncias agravantes, o valor da multa será aplicado no mínimo previsto na tabela anterior;

24.4.2. Se, além dos elementos previstos no inciso anterior, a infração for cometida por pessoa física, microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas, o valor da multa deverá ser inferior a um quarto do valor máximo previsto para a respectiva infração, não podendo, em qualquer caso, ser inferior ao mínimo previsto na tabela anterior;

24.4.3. São circunstâncias que sempre agravam a penalidade, quando não constituem ou qualificam a infração:

- Reincidência nas infrações;
- Ausência de comunicação, pelo infrator, do risco de danos a bens, pessoas e serviços;
- Ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária ou por outro motivo torpe, ou coagindo outrem para a execução material da infração,
- Afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente;
- Causando danos à propriedade alheia;
- Mediante fraude ou abuso de confiança;
- No interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais;

24.5. A sanção prevista na alínea "d" do item 24.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1353
Rubrica	

24.6. A sanção prevista na alínea “e” do item 24.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 155 da Lei 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

24.7. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

24.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item 24.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

24.9. As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 24.2 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

24.10. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

24.11. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

24.12. A aplicação das sanções previstas no item 24.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

24.13. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1354
Rubrica	

coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

24.14. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nas alíneas “d” e “e” do item 24.2, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Jornal Oficial de Maricá - JOM.

24.15. O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser direcionados à autoridade competente e entregues, mediante recibo, no setor de protocolo da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, localizado na(o) Rua Albatroz, 556 – Parque Nanci, Maricá - RJ, 24914-100, Maricá-RJ, nos dias úteis, das 08h às 17h, ou por e-mail para ambiente.juridicomarica@gmail.com.

25. DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

25.2. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, na forma do art. 122 da Lei 14133/21;

25.3. Fica permitida a subcontratação das parcelas de tecnologia (fornecimento de sensores, software, plataforma e conectividade IoT) caso a licitante vencedora tenha como atividade principal a engenharia/limpeza urbana, ou vice-versa, devendo a subcontratada comprovar a habilitação técnica pertinente à sua parcela de execução.

25.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente, no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período, mediante juízo do órgão contratante;

26. FORO

26.1 – Fica eleito o Foro de Maricá para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1355
Rubrica	

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1 – Ficam as licitantes sujeitas às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa ou que não corresponda à realidade dos fatos.

27.2 – Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente.

27.3 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

27.4 – No período de vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração terá a faculdade de contratar ou não a prestação dos serviços.

27.5 – Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

27.6 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

27.7 – Este Edital contém 178 (cento e setenta e oito) folhas rubricadas e numericamente ordenadas.

27.8 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I – Planilha de valores e quantitativos unitários;

Anexo II – Proposta - Detalhe;

Anexo III – Termo de Referência;

Anexo IV – Declaração de responsabilização Civil e administrativa

Anexo V - Declaração de Inexistência de nepotismo

Anexo VI - Declaração - art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo VII - Declaração ref. ao emprego de menor

Anexo VIII - Declaração para fins de habilitação - art. 63, inciso i e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo IX - Declaração de cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021

Anexo X - Declaração de cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1356
Rubrica	

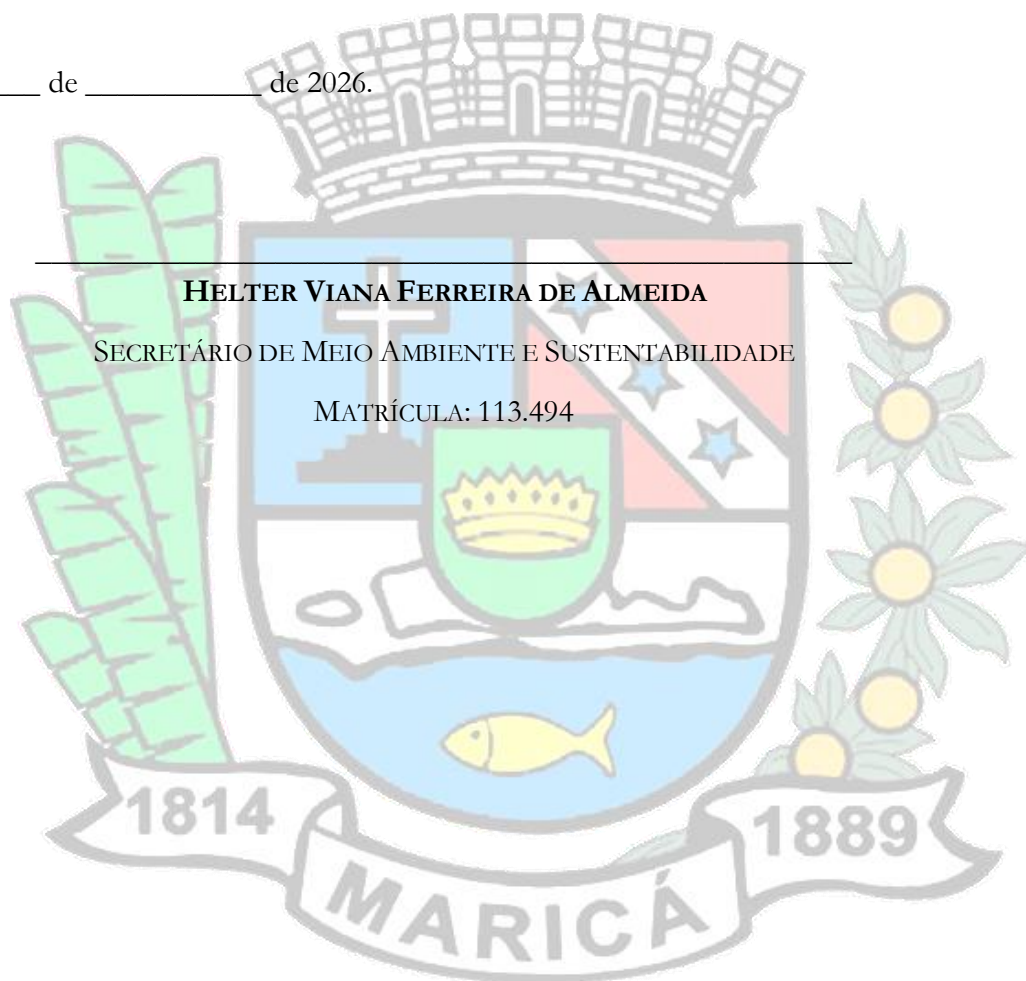
Anexo XI – Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

Anexo XII – Modelo De Declaração De Visita

Anexo XIII – Modelo de Ata de Registro de Preços

Anexo XIV – Minuta de Contrato;

Maricá, ____ de ____ de 2026.



HELTER VIANA FERREIRA DE ALMEIDA

SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

MATRÍCULA: 113.494



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1357
Rubrica	

ANEXO I – PLANILHA DE VALORES E QUANTITATIVOS UNITÁRIOS

Data do orçamento estimado: 27/03/2026

GRUPO	ITEM	CATMA T/ CATSE R	DESCRIÇÃO	QUANT · (estimati va /qtd máxima)	UNID.DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	26077	Subscrição de Software (Licenciamento SaaS): Direito de uso anual da plataforma de telegestão, aplicativos mobile, dashboards e APIs de integração.	7000	Subscrição Anual (por sensor)	R\$2.255,77	R\$15.790.390,00
	02	26050	Disponibilização de Infraestrutura IoT (IaaS): Subscrição anual referente à disponibilização, locação e garantia de funcionamento de 7.000 sensores e custos inteligentes (Hardware as a Service).	84000 (7.000 un* 12 meses)	Subscrição Mensal (por sensor)	R\$524,14	R\$44.027.760,00
	03	26972	Implantação de Software e Parametrização: Configuração do ambiente em nuvem, cadastro	1,00	Serviço (Empreitada)	R\$920.576,81	R\$920.576,81



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1358
Rubrica	

		de usuários, criação de regras de negócio e setup inicial.				
04	27316	Site Survey e Georreferenciamento (Setup Físico): Mapeamento em campo dos 7.000 pontos, análise de conectividade e cadastro na base GIS.	1,00	Serviço (Empreitada)	R\$460.088,09	R\$460.088,09
05	1899	Serviços Continuados de Operação e Saneamento: Execução de limpeza mecanizada, desobstrução, manutenção física e suporte técnico.	12,00	Mês	R\$2.561.083,64	R\$30.733.003,68
06	21172	Treinamento e Capacitação Técnica: Transferência de conhecimento para 50 servidores (operacional e gestores)	1,00	Turma/Evento	R\$106.987,31	R\$106.987,31
VALOR TOTAL DO GRUPO					R\$92.038.805,89	



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1359
Rubrica	

ANEXO II - PROPOSTA – DETALHE

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ

Comissão de Licitações

PROPOSTA DETALHE

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 14/2026

A Realizar-se em

Processo: 25402/2025

A firma ao lado mencionada propõe Prestar Serviço ao Município de Maricá, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas constantes do EDITAL n.º 14/2026

CARIMBO DO CNPJ

GRUPO	ITEM	CATMAT / CATSER	DESCRIÇÃO	QUANT. (estimativa / qtd máxima)	UNID.DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	01	26077	Subscrição de Software (Licenciamento SaaS): Direito de uso anual da plataforma de telegestão, aplicativos mobile, dashboards e APIs de integração.	7000	Subscrição Anual (por sensor)		
	02	26050	Disponibilização de Infraestrutura IoT (IaaS): Subscrição anual referente à disponibilização, locação e garantia de funcionamento de 7.000 sensores e cestos inteligentes	84000 (7.000 un* 12 meses)	Subscrição Mensal (por sensor)		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1360
Rubrica	

01			(Hardware as a Service).				
	03	26972	Implantação de Software e Parametrização: Configuração do ambiente em nuvem, cadastro de usuários, criação de regras de negócio e setup inicial.	1,00	Serviço (Empreitada)		
	04	27316	Site Survey e Georreferenciamento (Setup Físico): Mapeamento em campo dos 7.000 pontos, análise de conectividade e cadastro na base GIS.	1.00	Serviço (Empreitada)		
	05	1899	Serviços Continuados de Operação e Saneamento: Execução de limpeza mecanizada, desobstrução, manutenção física e suporte técnico.	12,00	Mês		
	06	21172	Treinamento e Capacitação Técnica: Transferência de conhecimento para	1,00	Turma/Evento		



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1361
Rubrica	

			50 servidores (operacional e gestores)				
VALOR TOTAL DO GRUPO							

OBS: Deve ser colocada na Proposta a marca do produto ofertado.

OBS: Havendo divergência entre as descrições e as marcas exemplificativas deverão prevalecer às descrições dos objetos.

OBS: A proposta da licitante deverá incluir, obrigatoriamente:

- a) metodologia detalhada da execução;
- b) cronograma físico e operacional;
- c) recursos humanos e materiais a serem empregados;
- d) softwares, ferramentas e tecnologias utilizadas do início ao fim do contrato.

Considerando o Anexo E – Planilha de Composição de Custos

Em, ____ de _____ de 2026.

Nº de Inscrição Municipal ou
Estadual

Firma Proponente (Assinatura)



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1362
Rubrica	

ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA

A PRESENTE CONTRATAÇÃO TEM POR OBJETIVO A FORMAÇÃO DE UM REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE INTELIGÊNCIA E GESTÃO DE MICRODRENAGEM URBANA (SMART DRAINAGE).

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto é o Registro de Preços para eventual contratação de **Solução Integrada de Inteligência e Gestão de Microdrenagem Urbana (Smart Drainage)**, caracterizando-se como solução tecnológica, envolvendo o fornecimento de ativos de hardware (IoT) na modalidade as a Service, licenciamento de software avançado e serviços de engenharia sanitária.

1.2. A contratação inclui o fornecimento de aplicativos operacionais e suporte técnico para otimizar a gestão da drenagem pluvial e a prevenção de alagamentos no Município de Maricá. Estão integrados ao escopo a capacitação dos servidores, a operação de limpeza e desobstrução de ramais pluviais nas áreas monitoradas, além da aplicação de larvicida biológico (BTI) para o controle e combate à proliferação do mosquito *Aedes aegypti* em bueiros e galerias, conforme as condições, quantitativos e exigências estabelecidas na tabela abaixo e demais termos deste instrumento:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSE R	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (ESTIMATIVA/ QTD MÁXIMA)
-------	------	---------------	------------	-------------------------	---



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1363
Rubrica	

1	1	Subscrição de Software (Licenciamento SaaS): Direito de uso anual da plataforma de telegestão, aplicativos mobile, dashboards e APIs de integração.	26077	Subscrição Anual (por sensor)	7.000,00
	2	Disponibilização de Infraestrutura IoT (IaaS): Subscrição anual referente à disponibilização, locação e garantia de funcionamento de 7.000 sensores e custos inteligentes (Hardware as a Service).	26050	Subscrição Mensal (por sensor)	84000 (7.000 UN * 12 Meses)
	3	Implantação de Software e Parametrização: Configuração do ambiente em nuvem, cadastro de usuários, criação de regras de negócio e setup inicial.	26972	Serviço (Empreitada)	1,00
	4	Site Survey e Georreferenciamento (Setup Físico): Mapeamento em campo dos 7.000 pontos, análise de conectividade e cadastro na base GIS.	27316	Serviço (Empreitada)	1,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1364
Rubrica	

	5	Serviços Continuados de Operação e Saneamento: Execução de limpeza mecanizada, desobstrução, manutenção física e suporte técnico.	1899	Mês	12,00
	6	Treinamento e Capacitação Técnica: Transferência de conhecimento para 50 servidores (operacional e gestores).	21172	Turma/ Evento	1,00

1.3. Registra-se que havendo divergências entre o CATSER e o termo de referência, prevalecerá as informações do termo de referência.

1.4. Os serviços desta contratação são caracterizados como serviços comuns de engenharia, conforme Lei nº 14.133/2021 em seu art. 6º, XXI, alínea “a” e, conforme Estudo Técnico Preliminar.

1.5. Os serviços seguirão os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade e segurança ambiental e operacional, conforme definidos neste Termo de Referência e seus anexos.

2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E PRAZO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O serviço deverá ser realizado pela CONTRATADA, de forma contínua, no decorrer do contrato de 12 meses;

2.2. O prazo do contrato será de 12 meses contados a partir da ordem de início, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos, até o limite de dez anos, nos termos dos art. 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de serviço contínuo.

2.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua execução requer habitualidade no tempo, com necessidade contínua de manejo do objeto, tratando de demanda diária com vistas à salubridade pública e a prevenção de intempéries de graves consequências, sendo a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1365
Rubrica	

vigência plurianual mais vantajosa considerando a natureza dos serviços, sua latente necessidade e efetividade no combate de vetores, prevenção de enchentes e manutenção da salubridade pública.

2.4. O serviço deverá ser iniciado em 15 (quinze) dias úteis, contados da ordem de início;

2.5. O critério de reajuste contratual a ser adotado poderá ser, o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, com data base vinculada à data do Orçamento Estimado, conforme art. 25, § 7º da Lei Federal nº 14.133;

2.6. O contrato deverá oferecer maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A salubridade pública constitui dever constitucional imposta a Administração, exigindo a adoção de medidas permanentes de prevenção, mitigação de riscos e promoção de ambientes urbanos saudáveis.

3.1.1. No âmbito municipal, essa obrigação se materializa na prestação adequada dos serviços de limpeza urbana, manejo das águas pluviais e controle de vetores, de acordo com o Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007 e Lei nº 14.026/2020), que determina a eficiência, continuidade, qualidade e regularidade dos serviços essenciais à saúde pública e ao meio ambiente.

3.1.2. Assim, a manutenção, monitoramento e desobstrução dos dispositivos de drenagem — especialmente bueiros e caixas ralos — são ações indispensáveis à proteção da população e à redução dos impactos decorrentes de alagamentos, enchentes, doenças e degradação ambiental.

3.1.3. O território municipal de Maricá apresenta características urbanas que agravam os desafios do manejo das águas pluviais e o aumento da impermeabilização do solo, o adensamento urbano, a expansão das vias pavimentadas e o descarte irregular de resíduos sólidos contribuem para o acúmulo de detritos em vias públicas e consequente carreamento desses materiais para o sistema de drenagem, especialmente através dos bueiros e caixas ralos.

3.1.4. Considerando que o município possui 4 Distritos distribuídos em área territorial aproximada de 361,517 km², com malha urbana extensa e dinâmica, a manutenção eficiente da drenagem exige soluções modernas, sistematizadas e compatíveis com o conceito de cidades inteligentes, dada a escala e complexidade do território.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1366
Rubrica	

3.1.5. Atualmente, os serviços de limpeza de bueiros são majoritariamente manuais e reativos, demandando grande contingente de trabalhadores, caminhões e equipamentos.

3.1.6. A execução desses serviços, da forma tradicional, exige deslocamentos contínuos e prolongados, sem informações prévias sobre quais pontos realmente necessitam intervenção, o que gera baixa produtividade, impossibilidade de planejamento preventivo e concentração de esforços por dias em um mesmo local.

3.1.7. Como consequência, a ausência de monitoramento estruturado e de informações em tempo real provoca recorrentes transtornos à população, como alagamentos, enchentes, obstruções em períodos chuvosos e degradação acelerada da infraestrutura urbana.

3.2. A necessidade ora apresentada faz-se presente justamente para superar essas limitações. A solução tecnológica integrada de monitoramento inteligente — com sensores volumétricos instalados em bueiros, comunicação IoT, plataforma de telegestão, aplicativos de campo e serviços de limpeza especializada — permitirá transição do modelo reativo para um modelo preventivo, orientado por dados.

3.2.1. Ao gerar alertas automáticos, identificar pontos críticos, registrar intervenções e direcionar equipes com precisão, a solução otimiza rotas, reduz custos logísticos, aumenta a eficiência operacional e melhora significativamente a prestação do serviço, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e racionalidade administrativa.

3.3. Além disso, os bueiros são reconhecidos como um dos principais criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, vetor de doenças como dengue, zika e Chikungunya, a ausência de acompanhamento sistemático permite o desenvolvimento de larvas nesses ambientes, o que contribui para surtos epidemiológicos, especialmente nos meses de verão.

3.4. Nesse sentido, a presente contratação se justifica também pela inserção de rotina padronizada de aplicação de larvicida biológico (BTI), produto desenvolvido pela Fiocruz e aprovado pela OMS e pelo Ministério da Saúde, cuja reposição periódica a cada 60 dias interrompe o ciclo reprodutivo do vetor sem impacto negativo ao meio ambiente, concretizando o dever constitucional de proteção à saúde (art. 196 da CF) e integrando ações de vigilância sanitária e ambiental.

3.5. A integração da solução tecnológica com órgãos municipais, como Defesa Civil, Vigilância Sanitária, Secretaria de Obras, Autarquia de Serviços Públicos e Secretaria de Meio Ambiente, se dará via API e/ou por envio do link da plataforma web de telegestão, possibilitando a atuação coordenada, rápida e eficaz em situações de risco, contribuindo para a mitigação de enchentes, redução de danos ambientais e planejamento preventivo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1367
Rubrica	

3.6. Esse fluxo de informações interoperável está em plena conformidade com padrões internacionais de cidades inteligentes, fortalecendo a governança pública e permitindo tomada de decisões baseada em dados.

3.7. Diante desses elementos, evidencia-se que o emprego de tecnologia avançada na gestão de bueiros e dispositivos de drenagem constitui medida de crucial importância para o Município de Maricá, por conferir celeridade, inteligência operacional, previsibilidade e maior alcance ao serviço.

3.8. A solução possibilitará cobrir área mais ampla com menor esforço, reduzindo riscos ambientais, impactos sanitários e danos à infraestrutura pública, assegurando simultaneamente salubridade, saúde pública, segurança urbana, sustentabilidade ambiental e eficiência administrativa.

3.9. Trata-se, portanto, de necessidade concreta, atual, justificada e plenamente alinhada ao interesse público primário, fundamentando adequadamente a contratação objeto deste Termo de Referência.

3.10. Quanto ao quantitativo estimado de 7.000 (sete mil) unidades, leva-se em conta levantamento realizado com base na real necessidade do município em áreas com histórico de alagamento, conforme anexo A. Nesse liame, vale destacar que alguns bairros necessitam da presença do serviço como forma de mitigação dos danos causados pelas fortes chuvas, de modo que a limpeza regular de bueiros, como bem asseverado nos autos, é medida preventiva que tem o condão de acautelar a problemática, se perfazendo como verdadeiro aliado da população.

3.11. Algumas matérias jornalísticas dão conta da circunstância apresentada, vejamos: <https://leisecamara.com.br/noticia/60923/forte-temporal-atinge-marica-com-raios-trovoes-e-ruas-alagadas>; <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2026/02/09/marica-registra-em-4-dias-mais-chuva-que-o-esperado-para-todo-o-mes-de-fevereiro.ghtml>.

3.12. Segue no anexo A, a localização pormenorizada dos locais de instalação das sete mil unidades que serão alvo do serviço, com a indicação dos nomes das ruas e pontos geográficos de instalação, ressalvada a possibilidade de alterações, quando da realização dos serviços, por determinação da contratante, tendo em vista o melhor interesse público.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1.1. A solução a ser contratada transcende a mera prestação de serviços de limpeza, constituindo-se em uma Solução Integrado de Inteligência e Gestão de Microdrenagem Urbana (Smart Drainage),



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1368
Rubrica	

caracterizando-se como solução tecnológica complexa, envolvendo o fornecimento de ativos de hardware (IoT) na modalidade as a Service, licenciamento de software avançado e serviços de engenharia sanitária.

4.1.2. ESCALABILIDADE E MODULARIDADE

A arquitetura da solução deve ser projetada para ser nativamente modular e escalável. Isso significa que o sistema de telegestão e a rede IoT deverão operar com total funcionalidade independentemente do número de sensores ativos (de uma única unidade até a totalidade). Essa característica técnica permite viabilizar a execução de forma que a malha de sensores cresça organicamente sem necessidade de reconfiguração do núcleo do sistema (*Core*) a cada nova expansão.

4.2. OBJETIVO TÉCNICO

4.2.1. O objetivo é transitar do modelo tradicional de limpeza corretiva (reação após o problema) para um modelo preventivo e preditivo, utilizando dados em tempo real para otimizar recursos, evitar alagamentos e mitigar a proliferação de vetores (*Aedes aegypti*).

4.3. PILARES DA SOLUÇÃO

4.3.1. A solução é composta pela integração indissociável de três pilares:

4.3.1.1. **Inteligência de Software (SaaS):** Plataforma de telegestão, Big Data, aplicativos de campo e dashboards gerenciais.

4.3.1.2. **Infraestrutura de Hardware e Conectividade (IaaS):** Sensores volumétricos, cestos retentores inteligentes e redes de comunicação (LoRaWAN/NB-IoT), disponibilizados como serviço.

4.3.1.3. Operação de Campo Especializada: Limpeza mecanizada baseada em dados, manutenção dos ativos e aplicação de insumos biológicos.

4.4. MODELAGEM DOS SERVIÇOS E ITENS

Para fins de execução a solução divide-se nos seguintes eixos, correspondentes aos itens da planilha orçamentária:

4.4.1. EIXO DE TECNOLOGIA E SOFTWARES

- **Licenciamento (SaaS):** Direito de uso da Plataforma de Telegestão e Aplicativos. Devido à natureza de propriedade intelectual e disponibilidade de nuvem, este item é remunerado via Subscrição Anual por sensor ativo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1369
Rubrica	

- **Implantação Lógica:** Configuração inicial, parametrização de regras de negócio e cadastro de usuários.

4.4.2. EIXO DE INFRAESTRUTURA IoT

- **Infraestrutura como Serviço (IaaS):** Disponibilização continuada de 7.000 sensores e cestos inteligentes. A Contratada mantém a propriedade dos ativos e garante sua funcionalidade (SLA). Este item é remunerado via Mensalidade, garantindo que o Município pague apenas pelos pontos ativos e funcionais.
- **Site Survey:** Levantamento físico inicial e georreferenciamento para viabilizar a instalação (Serviço de Engenharia).

4.4.3. EIXO DE OPERAÇÃO CONTINUADA

- **Serviços de Saneamento:** Execução das rotinas de limpeza, desobstrução e aplicação de BTI, remunerados mensalmente conforme medição de desempenho.
- **Capacitação:** Treinamento das equipes municipais.

4.5. INTEGRAÇÃO (SMART CITIES)

Integração com CCO: A solução deve possuir API RESTful documentada, capaz de integrar-se ao Centro de Controle Operacional, enviando alertas críticos em tempo real para Video Walls e sistemas da Defesa Civil, seguindo padrões de governo (ePING).

4.6. CICLO DE VIDA DO OBJETO

Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o ciclo compreende:

- **Fase 1 (Diagnóstico):** Realização do Site Survey (Item 4).
- **Fase 2 (Setup):** Disponibilização das licenças, infraestrutura, configuração do software e instalação física dos ativos e IoT (Itens 1, 2 e 3).
- **Fase 3 (Operação):** Treinamento e execução Continuada da limpeza/monitoramento (Itens 6 e 5).
- **Fase 4 (Encerramento/Legado):** Ao fim do contrato, a Contratada deve exportar a base de dados histórica para o Município e realizar a desmobilização/logística reversa dos sensores (por tratar-se de modelo de locação/IaaS), destinando corretamente as baterias.

4.7. DEFINIÇÃO DETALHADA DA SOLUÇÃO



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1370
Rubrica	

4.7.1. Define-se a **Solução Integrada de Inteligência e Gestão de Microdrenagem Urbana (Smart Drainage)** não apenas como a instalação de equipamentos, mas como um ecossistema de monitoramento ambiental ativo, onde a solução consiste na implantação de **Dispositivos Coletores Flexíveis** (cestos retentores) equipados com tecnologia de **sensoriamento volumétrico IoT**, projetados para monitorar o acúmulo de resíduos sólidos e o nível da água em tempo real. A finalidade primordial é a geração de dados preditivos e o envio automático de alertas críticos aos órgãos municipais e equipes de limpeza sempre que os bueiros atingirem níveis pré-determinados de enchimento, permitindo uma gestão proativa da drenagem.

4.7.2. O **sensor volumétrico**, acoplado de forma segura aos Dispositivos Coletores Flexíveis no interior dos bueiros, atuará como o elemento de telemetria do sistema, a fim de garantir confiabilidade da transmissão de dados em ambiente urbano (inclusive subsolo), o dispositivo deverá operar através de conectividade de longo alcance e baixo consumo, especificamente **LoRaWAN** (*Long Range Wide Area Network*) ou **NB-IoT** (*Narrowband Internet of Things*). Em estrito cumprimento à Lei Federal nº 9.472/1997 e regulamentações da agência reguladora, todo o ecossistema de hardware deverá possuir certificação e homologação vigente junto à **ANATEL**.

4.7.3. A camada de gestão, registro e **evidenciamento operacional** será executada através de um **APP Proprietário Operacional (Software Móvel)**, devendo garantir a rastreabilidade total das ações de campo, permitindo o registro fotográfico e georreferenciado das intervenções, cujos dados deverão ser integrados nativamente via **API (Interface de Programação de Aplicações)** à Plataforma de Telegestão. O fluxo de informação deve ser bidirecional de forma que o sistema envia a ordem de serviço baseada no alerta do sensor, e o aplicativo retorna o status da execução aos órgãos municipais, fechando o ciclo de controle e informando periodicamente o status volumétrico dos bueiros.

4.7.4. Complementarmente à inteligência de dados, e para fins de **execução material da manutenção** e contingenciamento preventivo, torna-se imprescindível a integração dos serviços de engenharia sanitária com a utilização de frota especializada, composta por veículos com **Equipamento Combinado Hidrojato/Sugador e Hipervácuo**. Estes equipamentos deverão atuar de forma “cirúrgica” na desobstrução dos ramais pluviais identificados como críticos pelo sistema inteligente, complementando esta importante operação de microdrenagem do município com a eficiência mecânica guiada pela precisão tecnológica.

4.7.5. Mediante o exposto, imperiosa se mostra a necessidade da contratação na modelagem integrada, onde a tecnologia de monitoramento (Cérebro) orienta a operação de limpeza (Braço



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1371
Rubrica	

Operacional), fazendo-se necessário o prosseguimento do certame para a contratação unificada da solução.

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

DISPOSITIVOS COLETORES

Objetivo: Os Dispositivos coletores têm por objetivo reter os Resíduos Sólidos que são depositados nos bueiros/bocas de lobo, facilitando sua retirada e impedindo que os mesmos se encaminhem para os corpos hídricos. As características mecânicas deste Dispositivo Coletor flexível, permitem sua instalação em bueiros/bocas com diferenciais exclusivos e adequados ao manuseio seguro pelos agentes de limpeza, bem como adequados à função para a qual foram criados, ou seja, a retenção e retirada dos resíduos sólidos de maneira rápida e segura, contribuindo significativamente para aumento da produtividade operacional.

Especificação técnica:

Os Dispositivos coletores de resíduos sólidos deverão ser fabricados com malha em polímero flexível ou similar, em tamanho adequado aos bueiros indicados pelo órgão contratante, com espaços entre malha de 15x15mm estruturado de forma que possibilite a vazão da água e a retenção dos resíduos sólidos e fixados de tal forma que permitam sua sustentação no interior dos bueiros.

Sua capacidade de armazenamento deverá suportar até 200 litros e uma carga de até 150kg, atestado por laboratório acreditado junto ao Inmetro.

SENSOR VOLUMÉTRICO

Dentre as aplicações indicadas para o uso do sensor volumétrico, destaca-se o monitoramento de nível de enchimento de bueiros e bocas de lobo. Através de conexão LORA/NBIOT pode-se integrar o produto à uma plataforma IoT para gerenciamento dos pontos monitorados.

DESCRIÇÃO FUNCIONAL DO SENSOR VOLUMÉTRICO

- O Sistema de Sensorização é integrado aos Dispositivos coletores flexíveis Coletores e à Plataforma de Telegestão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1372
Rubrica	

- O Sistema de Sensorização faz a leitura através de leitura óptica/radar/ultrassônica, do interior do Cesto Coletor e transmite através de uma conexão de dados móvel do tipo **NBIOT, LORA (Long Range)** à Plataforma de Telegestão o respectivo nível de enchimento, disparando um alerta em tempo real, sempre que o nível de pré-estabelecido por atingido, possibilitando que as equipes de limpeza só atuem quando realmente houver a necessidade.

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO SENSOR VOLUMÉTRICO:

- Durabilidade da Bateria: até 10 anos
- Grau de Proteção: IP67 conforme NBR IEC 6052 – À prova d'água, devendo apresentar juntamente da proposta Datasheet, laudo ou certificação técnica que comprove que os sensores volumétricos ofertados possuem grau de proteção
- Certificação: Anatel – Selo com No. de Registro Anatel fixado nos Sensores, devendo ser apresentado junto à proposta Certificado de Homologação emitido pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).
- Comunicação: LoRaWAN ou NB-IoT
- Conexão: LoRaWAN/MQTT
- Sistema de leitura: Laser (ToF)
- Configuração remota: apenas no lorawan; versão nbiot é configurado por aplicativo móvel (ToolBox) via NFC
- Antena: Interna
- Temperatura de operação: -40~125°C

SISTEMA DE INTEGRAÇÃO OPERACIONAL E INTELIGENTE

- Alertas de ocorrências (cheio/vazio/manutenção) em tempo real.
- Relatórios customizados e criados com base nos dados recebidos e históricos.
- Possibilidade de Integração, via API, com o Sistema de Telegestão do município

SISTEMA DE TELEGESTÃO E EVIDENCIAMENTO OPERACIONAL



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1373
Rubrica	

Tecnologia do sistema de captação de dados em campo: Smartphone (disponibilizado pela Contratada)

Sistema: Android

Aplicativo de Evidenciamento Operacional: O App deverá evidenciar as ações de limpeza das Caixas Ralo/Bueiros, através de registros de todos os procedimentos operacionais, como: Instalações, Manutenções, Limpezas, Registro de Ocorrências, entre outras.

As principais funcionalidades são:

- Acesso com registro e matrícula do responsável pela equipe de limpeza.
- Cadastro e registros de pontos críticos.
- Evidenciamento de limpezas com registro fotográfico **ANTES e DEPOIS** da limpeza.

PLATAFORMA DE TELEGESTÃO/ DASHBOARD

Funcionalidades que o sistema de Telegestão web deverá conter:

- **DASHBOARD**

Módulo central com informações dos pontos monitorados, pontos cheios e vazios, pontos críticos de alagamento, mapa de calor de pontos com maior recorrência de sujeira, alerta de chuva forte com antecedência suficiente para ação preventiva, disponibilizado via API de empresas de serviços de meteorologia.

- **CONSULTAS**

Consultas a uma variedade de informações relevantes para melhor eficiência do sistema operacional de limpeza, com dados atualizados em tempo real.

- **INDICADORES**

Módulo com informações sobre N° de Bueiros limpos, inativos, mapa de calor, entre outros.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1374
Rubrica	

- **GESTÃO**

Módulo com informações dos pontos por status, alertas, e-mails e telegestão.

- **RELATÓRIOS**

Módulo com possibilidade de criação de um menu de relatórios personalizados.

- **SEGURANÇA**

Módulo para permissão de nível de acesso, cadastramento de senhas.

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1. Mobilização técnica e infraestrutura tecnológica inicial.
2. Site survey – georreferenciamento, identificação de pontos críticos e acessibilidade de 7.000 bueiros.
3. Site survey – análise de cobertura 4G e LoRaWAN.
4. Desenvolvimento e personalização do software de telegestão.
5. Desenvolvimento do Dashboard gerencial e aplicativo operacional de campo.
6. Instalação dos dispositivos coletores flexíveis e sensores volumétricos nos 7.000 bueiros.
7. Limpeza, desobstrução e destinação final dos resíduos sólidos encontrados nos bueiros.
8. Manutenção de dispositivos coletores flexíveis.
9. Manutenção de sensores volumétricos (troca de bateria, ajustes e calibrações).
10. Ativação e desativação técnica de pontos, mantendo o total de 7.000 bueiros.
11. Aplicação e manutenção de larvicida biológico (BTI).
12. Treinamento e Capacitação Técnica.

Serviço de Operação, Manutenção, Telegestão e Monitoramento e site survey dos pontos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1375
Rubrica	

Os serviços acima correspondem às seguintes funções:

- Entrega dos Equipamentos de campo – Dispositivos coletores flexíveis e Sensores.
- Treinamento das equipes de operacionais, para as atividades de:
 - i) Instalação dos Dispositivos coletores flexíveis e sensores volumétricos.
 - ii) Evidenciamento Operacional através de APP.
 - iii) Sincronização de dados coletados com a Plataforma de Telegestão.
 - iv) Limpeza e desobstrução de bueiros e bocas lobo onde a tecnologia for instalada.
 - v) Aplicação de larvicida biológico (Bti) anti dengue nos bueiros
- Monitoramento Operacional da Plataforma de telegestão.
- Manutenção técnica dos Sensores volumétricos, com eventuais trocas, recarregamento de baterias.
- Equipe operacional disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, para qualquer tipo de atendimento, inerente ao escopo de trabalho.
- Identificação dos pontos mais críticos de alagamentos e quantificação de bueiros existentes nestes pontos, utilizando de mapeamento presencial, dados disponíveis da prefeitura, dados históricos em bancos de dados disponíveis, como empresas de serviços de meteorologia, Defesa Civil entre outros.

EQUIPAMENTOS DE MANUTENÇÃO E DESOBSTRUÇÃO DE RAMAIS PLUVIAIS

Da execução dos serviços de manutenção, desobstrução e contingenciamento:

CONSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

02 Equipamentos combinados Hidrojato/Sugador/Hipervácuo, com no máximo 10 (dez) anos de fabricação, montado em chassis de caminhão tratorado, e com as seguintes características:

- **01 Hidrojato de Alta Pressão**
 - compartimento para água, capacidade mínima 5 m³
 - bomba de alta pressão capacidade mínima 50 litros/minuto - 170 bar
 - mangueira principal de alta pressão, rotação hidráulica, com no mínimo 50 metros de comprimento e 1 polegada de diâmetro
 - mangueira secundária de alta pressão dotada de junta de rotação, com no mínimo 50 metros de comprimento e 1/2 polegada de diâmetro
 - Vácuo de Alta Potência:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1376
Rubrica	

- compartimento para resíduos, capacidade mínima 5 m³
 - bomba de sucção à vácuo, capacidade mínima 840 m³/hora
 - bobina da mangueira de sucção do tipo telescópica
- **01 Hipervácuo**
 - Tanque de 15M³
 - Bomba de anel líquido modelo R1000 com vazão de 1360 m³/h, deslocamento de ar em L/min; 28333,33 l/min, pressão de sucção em mBar; 846,59 mBar, capacidade de sucção horizontal 200 metros (necessário considerar perda de carga), capacidade para sucção de lama; 10 m³, capacidade de sucção vertical em metros. 15 metros (necessário considerar perda de carga).
 - Equipamento possui no mínimo 50 metros de mangote de 3', alarme sincronizador de ré, extintor de incêndio, combustível e operando com 1 motorista e no mínimo 2 operadores.
- **05 veículos pick up's:**
 - com no máximo 05 anos de fabricação devidamente identificado.
- **Equipamentos de limpeza:**
 - como pás, enxadões, saca-cestos, lixeiras com rodas, além de EPI's.

O objeto do presente Termo de Referência consiste na contratação de Solução Integrada de Inteligência e Gestão de Microdrenagem Urbana (Smart Drainage), caracterizando-se como solução tecnológica que envolve, de forma indissociável e complementar, o fornecimento de ativos de hardware IoT, o licenciamento de software avançado, bem como a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia sanitária, tecnologia da informação, integração de sistemas e análise de dados.

Trata-se, portanto, de contratação que não se limita ao simples fornecimento de bens, mas demanda serviços contínuos essenciais à implantação, operação, integração, monitoramento e evolução da solução ao longo de sua vigência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A solução objeto desta contratação deverá observar requisitos técnicos, funcionais, legais, operacionais, de desempenho, manutenção, segurança e governança capazes de assegurar a prestação contínua, eficiente, segura e integrada dos serviços de monitoramento inteligente de bueiros, limpeza



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1377
Rubrica	

e desobstrução de ramais pluviais e aplicação de larvicida biológico (BTI), atendendo às diretrizes municipais de drenagem urbana, prevenção de alagamentos e mitigação de riscos sanitários decorrentes da proliferação de vetores.

5.2. Os requisitos a seguir constituem especificações mínimas e obrigatórias para elaboração, execução e fiscalização da contratação.

5.3. Requisitos Funcionais da Solução Tecnológica

5.3.1. Plataforma de Telegestão Web (Sistema Central)

5.3.2. A solução deverá disponibilizar plataforma digital de gestão centralizada, com as seguintes funcionalidades mínimas:

- a) painel operacional em tempo real exibindo o status dos 7.000 bueiros monitorados;
- b) alertas automáticos de risco, tais como:
 - elevação volumétrica;
 - obstruções parciais ou totais;
 - risco de transbordamento;
 - bloqueio de fluxo;
- c) histórico de ocorrências e intervenções, incluindo níveis volumétricos e indicadores operacionais;
- d) mapa georreferenciado integrado a sistema GIS, com possibilidade de exportação de dados;
- e) dashboards parametrizáveis, adequados à gestão, auditoria, fiscalização e tomada de decisão;
- f) interface responsiva, acessível por navegador, com autenticação segura e logs de auditoria.

5.4. Aplicativos Operacionais (App Mobile)

5.4.1. A solução deverá contemplar aplicativo para cadastros e registros de serviço de campo, com tecnologia de captação de dados operando em smartphones, atendendo às seguintes características mínimas:

- a) registro e checklist de campo para limpeza e desobstrução;
- b) integração automática e em tempo real com a plataforma central;
- c) registro fotográfico com geolocalização obrigatória;
- d) abertura e encerramento de ordens de serviço (OS);
- e) rastreamento de equipes em campo;
- f) operação online e offline, com sincronização posterior e Integração nativa com a plataforma web.
- i) Compatibilidade com Sistema Operacional Android (versão 5.0 ou superior) ou iOS;
- j) Leitura de QRCode/Barcode;
- k) Controle por perfis de usuário e recebimento de alertas via push notification.

5.5. Requisitos Não Funcionais e Arquitetura:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1378
Rubrica	

- a) Arquitetura em Nuvem (Cloud Computing) com redundância;
- b) API aberta para integração com outros sistemas municipais (Defesa Civil, Obras);
- c) Escalabilidade para suportar alta demanda de acessos simultâneos.

5.6. Requisitos de Compatibilidade, Interoperabilidade e Integração Sistêmica

5.6.1. A solução tecnológica deverá possuir arquitetura compatível e interoperável com os sistemas atualmente utilizados pelos órgãos municipais, tais como Defesa Civil, Vigilância Sanitária, Secretaria de Obras, Autarquia de Serviços Públicos e Secretaria de Meio Ambiente, permitindo sua integração de forma segura, eficiente e escalável.

5.6.2. A integração poderá ocorrer por meio de interfaces de programação de aplicações (API), observando padrões amplamente adotados pelo mercado, bem como, a critério e conveniência da Contratante, mediante o compartilhamento de acesso à plataforma web de telegestão, por meio de link ou credenciais específicas, sem necessidade de desenvolvimento adicional por parte do Município.

5.6.3. A solução deverá permitir o compartilhamento de informações em tempo real ou quase real, possibilitando a atuação coordenada, rápida e eficaz dos diferentes órgãos envolvidos em situações de risco, emergências operacionais ou eventos críticos, contribuindo para:

- a mitigação de enchentes;
- a redução de danos ambientais;
- o apoio à tomada de decisão;
- o planejamento preventivo e corretivo das ações municipais.

5.6.4. A compatibilidade da solução deverá assegurar que a integração não implique em conflitos tecnológicos, restrições de acesso, dependência de fornecedores específicos ou custos adicionais não previstos, garantindo a continuidade operacional, a segurança da informação e a aderência às diretrizes de governança digital da Administração Pública.

5.6.5. A contratada deverá garantir que a integração não implique em:

- a) Conflitos tecnológicos com a infraestrutura de TI da Prefeitura;
- b) Dependência tecnológica exclusiva de fornecedores (vendor lock-in) para a visualização dos dados;
- c) Custos adicionais de licenciamento de software de terceiros não previstos na proposta original.

5.7. Sensores Volumétricos e Dispositivos IoT

5.7.1. A solução deverá incluir sensores capazes de:

- a) medir níveis de enchimento, variações volumétricas e identificar obstruções;
- b) operar em ambiente severo (alta umidade, sedimentos, gases, temperaturas extremas);
- c) possuir autonomia energética adequada ou sistema de alimentação compatível;
- d) comunicar-se via IoT utilizando protocolos estáveis (NB-IoT, LoRaWAN, Sigfox ou equivalentes);
- e) emitir alertas automáticos à plataforma de supervisão;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1379
Rubrica	

f) possuir identificação única (ID), para rastreabilidade e inventário;

g) possuir grau de proteção IP67 ou superior;

h) Possuir certificação de homologação vigente na ANATEL;

5.8. Requisitos Operacionais da Contratação

5.8.1. Instalação e Implantação

5.8.2. O contratado deverá executar:

- a) instalação completa dos sensores e dispositivos IoT nos 7.000 bueiros;
- b) mapeamento georreferenciado de todos os pontos monitorados;
- c) calibração, testes de conectividade e validação funcional de todos os dispositivos;
- d) apresentação de plano de implantação contendo metodologia, cronograma e matriz de riscos.

5.9. Operação e Manutenção Contínua

5.9.1. O contratado deverá assegurar:

- a) substituição imediata de sensores avariados ou inoperantes;
- b) revisão preventiva periódica de todos os equipamentos;
- c) equipe técnica capacitada e disponível para atendimento de incidentes;
- d) atendimento aos SLAs e KPIs fixados neste Termo de Referência.

5.10. Limpeza e Desobstrução de Ramais Pluviais

5.10.1. A contratada deverá realizar:

- a) limpeza periódica e sob demanda das bocas de lobo e ramais pluviais monitorados;
- b) registro compulsório de todas as atividades por meio do aplicativo operacional;
- c) emissão automática de ordens de serviço e relatórios integrados à plataforma;
- d) retirada, acondicionamento e destinação ambientalmente adequados dos resíduos removidos.

5.11. Aplicação de Larvicida Biológico (BTI)

5.11.1. A solução deverá prever:

- a) aplicação do larvicida biológico *Bacillus thuringiensis israelensis* (BTI) conforme normas sanitárias do Ministério da Saúde e recomendações da OMS;
- b) registro georreferenciado de cada aplicação;
- c) execução de ciclos preventivos (a cada 60 dias) e emergenciais, conforme alertas do sistema;
- d) utilização de BTI certificado e ambientalmente seguro.

5.12. Para os requisitos Técnicos de Interoperabilidade e Arquitetura, a solução deverá:

- a) permitir integração via API com sistemas municipais, tais como Defesa Civil, Secretaria de Obras, Saúde e Meio Ambiente;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1380
Rubrica	

b) armazenar dados em ambiente seguro, preferencialmente em nuvem com certificações ISO 27001 ou equivalentes;

c) suportar exportação de dados em formatos abertos (CSV, JSON, GeoJSON);

d) utilizar canal de comunicação IoT compatível com área urbana extensa e resiliente a interferências;

e) observar padrões e boas práticas de continuidade, auditoria e integridade.

5.13. A solução deverá atender à Lei nº 13.709/2018 – LGPD, incluindo:

a) controle de acesso por perfis e autenticação segura;

b) logs de auditoria e rastreabilidade completa;

c) criptografia de dados em trânsito e repouso;

d) plano de resposta a incidentes de segurança;

e) backup redundante e rotina de recuperação;

f) conformidade com ISO 27001 e ISO 27701.

5.14. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos, no que couber, as exigências do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis; bem como:

a) empregar equipamentos duráveis e resistentes à corrosão;

b) garantir que o BTI seja certificado pelo Ministério da Saúde;

c) cumprir integralmente a legislação ambiental e sanitária;

d) contribuir para redução de alagamentos, mitigação de vetores e eficiência da drenagem urbana.

5.15. Requisitos Legais e Normativos

5.15.1. A contratação deverá observar:

a) Lei nº 14.133/2021;

b) regulamentos municipais de contratação;

c) normas ABNT aplicáveis à drenagem urbana;

d) IN SGD/ME nº 94/2022 (por analogia, para soluções tecnológicas);

e) normas sanitárias relativas ao BTI;

f) normas ISO/IEC pertinentes à segurança da informação.

5.16. A contratada deverá garantir:

a) suporte técnico remoto e presencial;

b) canal de atendimento 24/7 para incidentes críticos;

c) capacitação de servidores para uso da plataforma e aplicativos;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1381
Rubrica	

d) entrega de manuais, documentação técnica e instruções de operação e manutenção.

5.17. A contratada deverá disponibilizar:

- a) relatórios mensais de desempenho dos sensores;
- b) relatórios de limpeza, desobstrução e aplicação de BTI;
- c) relatórios de SLAs e KPIs;
- d) relatórios de incidentes e ações corretivas;
- e) inventário atualizado dos equipamentos instalados.

5.18. Quanto aos Requisitos de Escalabilidade, Evolução e Garantia, a solução deverá:

- a) permitir expansão futura além dos 7.000 bueiros previstos;
- b) suportar atualizações corretivas e evolutivas sem custo adicional;
- c) oferecer garantia mínima conforme padrões de mercado;
- d) possuir arquitetura escalável e documentação técnica atualizada.

5.19. Dada a essencialidade do objeto para drenagem urbana, salubridade, prevenção de alagamentos e controle de vetores, a prestação do serviço possui natureza continuada, sendo vedadas interrupções que possam comprometer a saúde pública e a segurança urbana.

5.20. A contratada será responsável por:

- a) todos os custos, materiais, insumos e equipamentos necessários;
- b) regularidade da mão de obra, sem dedicação exclusiva;
- c) plena execução tecnológica e operacional da solução.

5.21. Perfil e Atribuições Mínimas da Equipe Operacional

5.22. A proposta da licitante deverá incluir, obrigatoriamente:

- a) metodologia detalhada da execução;
- b) cronograma físico e operacional;
- c) recursos humanos e materiais a serem empregados;
- d) softwares, ferramentas e tecnologias utilizadas do início ao fim do contrato

Subcontratação

5.23. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1382
Rubrica	

5.23.1. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, na forma do art. 122 da Lei 14133/21;

5.24. Fica permitida a subcontratação das parcelas de tecnologia (fornecimento de sensores, software, plataforma e conectividade IoT) caso a licitante vencedora tenha como atividade principal a engenharia/limpeza urbana, ou vice-versa, devendo a subcontratada comprovar a habilitação técnica pertinente à sua parcela de execução.

5.25. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente, no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável por igual período, mediante juízo do órgão contratante;

Da Proteção de Dados (LGPD)

5.26. A Contratada deverá observar integralmente a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) no tratamento de dados pessoais de munícipes ou servidores envolvidos na operação, garantindo que as imagens captadas pelo aplicativo operacional não violem a privacidade de terceiros e sejam armazenadas em ambiente seguro com controle de acesso e log de auditoria.

Garantia Do Contrato

5.27. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 1% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

5.28. Será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais previstos neste item.

5.29. No caso de seguro-garantia, a prestação da garantia pelo contratado será efetuada em no mínimo 1 (um) mês contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

5.30. Em relação ao seguro-garantia, o instrumento deverá contemplar a possibilidade de sua renovação no período compreendido entre a data de assinatura do Contrato e a data de encerramento da sua execução e incluir a cobertura dos valores relativos a multas eventualmente aplicadas.

5.31. O contratante utilizará a garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a essa, inclusive, para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1383
Rubrica	

5.32. Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão descontados da garantia caso não venham a ser quitados no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

5.33. Em caso de extinção decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

5.34. Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pelo Contratante, o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

5.35. Caso o valor do Contrato seja alterado, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA deverá complementar o valor da garantia para que seja mantido o percentual de 1% (um por cento) do valor do Contrato.

5.36. Sempre que houver reajuste ou alteração do valor do Contrato, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no ordenamento.

5.37. Os reforços do valor da garantia poderão ser igualmente prestados em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.38. A garantia contratual somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da CONTRATADA.

5.39. A devolução da garantia ficará condicionada à comprovação pela Contratada, da inexistência de débitos trabalhistas em relação aos empregados que atuaram na execução do objeto contratado.

5.40. A devolução da garantia contratual pressupõe, por sua essência, a plena satisfação de todas as obrigações contratuais, o que também envolve, por certo, a quitação dos encargos de índole



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1384
Rubrica	

trabalhista advindas da execução do contrato. Assim, mostra-se justo e coerente condicionar a devolução da garantia contratual face à prova de quitação de todas as verbas trabalhistas.

5.41. A prestação da garantia observará, no que couber, os artigos 96 a 102 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Garantia da Proposta

5.42. A LICITANTE prestará garantia de proposta no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado para execução dos serviços, art. 58, da lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 96, § 1.º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.43. O comprovante do recolhimento da garantia será encaminhado por via sistema após fase de lances, considerando que o sistema Portal de Compras Públicas não realiza upload de arquivos antes da referida fase, mediante a solicitação do Pregoeiro.

5.44. O não envio da garantia será motivo de desclassificação da proposta. A elaboração do referido documento após o horário de abertura do CERTAME será motivo de desclassificação.

5.45. A Garantia não poderá ter validade inferior a 90 (noventa) dias da abertura do certame.

5.46. O comprovante do recolhimento da garantia deve ser emitido até o horário final para cadastramento de sua proposta no sistema COMPRAS.GOV.

5.47. A Garantia que trata o item 5.42 será devolvida aos licitantes do prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

Registro de Preços

5.48. É possível o registro de mais de um fornecedor para o mesmo serviço, desde que aceitem cotar o serviço em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

5.49. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 meses e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021;

5.50. Na hipótese de prorrogação da ata de registro de preços poderá ocorrer a renovação do quantitativo inicialmente registrado, desde que: (a) seja comprovada a manutenção do preço



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1385
Rubrica	

vantajoso, (b) haja previsão expressa no ato convocatório e na ata de registro de preços, (c) o tema tenha sido tratado na fase do planejamento da contratação, e (d) a prorrogação da ata de registro de preços seja celebrada por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência;

5.51. A quantidade mínima a ser cotada de unidades dos serviços é de 100%, em atendimento ao artigo 12, inciso II do Decreto Municipal nº 937/2022;

5.52. A quantidade máxima a ser contratada em um único uso da Ata de Registro de Preços é de 100% (cem) por item, em atendimento ao artigo 12, inciso I do Decreto Municipal 937/2022;

5.53. As condições para a alteração dos preços registrados deverão observar o disposto no Decreto Municipal 937/2022;

5.54. Será permitida adesão à Ata de Registro de Preços por entes não participantes em até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados, de acordo com o Decreto Municipal nº 1.340/2024 que altera o artigo 31 do Decreto Municipal nº 937/2022.

5.55. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item anterior não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Vistoria

5.56. É recomendada, **mas não obrigatória, a Visita Técnica Prévia** dos licitantes aos locais que receberão as intervenções do objeto deste certame, devendo ser realizada por responsável técnico ou preposto nomeado por instrumento de procuração, munido de documentação que comprove seu poder de representação.

5.57. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda-feira à sexta-feira, das 08:00h às 17:00h, com posterior emissão do Certificado de Visita Técnica, sendo concedido 15 (quinze) minutos de tolerância para atrasos, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 2637-2052, Ramal 289, ou pelo e-mail: ambiente.marica.rj@gmail.com. com a finalidade de conhecimento da área, e das condições locais em



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1386
Rubrica	

que os serviços serão prestados, bem como aferir os demais esclarecimentos que o licitante julgar necessários para a futura execução do serviço.

5.58. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

5.59. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.60. As empresas interessadas poderão dispensar a visita técnica, desde que assim o declarem e em hipótese alguma poderá ser alegado desconhecimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato, dos projetos, das especificações técnicas, do memorial ou de qualquer documento parte desta contratação.

5.61. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.62. Assim, recomenda-se a realização de visita técnica, a qual deverá ser atestada por meio de documento previsto no Anexo C deste Termo de Referência ou declaração preenchida pelo licitante de que conhece e está ciente de todas as condições dos locais para a execução do objeto Anexo D deste Termo de Referência.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: A execução dos serviços será iniciada somente após a assinatura do Contrato específico, devendo a Contratada mobilizar os recursos necessários para atender ao quantitativo demandado naquela ordem específica.

6.1.2. Fluxo de Processos Operacionais

6.1.2.1. A execução dos serviços deverá obedecer rigorosamente ao fluxo operacional definido abaixo, garantindo a padronização e a rastreabilidade das ações:

A) Macroprocesso de Instalação (Setup Inicial e Expansão):



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1387
Rubrica	

Deslocamento: A equipe (Motorista e Operador Técnico) desloca-se até o ponto georreferenciado conforme Ordem de Serviço, realizando a sinalização de segurança da via.

Abertura e Preparação: Realiza-se a abertura da tampa do bueiro/boca de lobo e a inspeção preliminar da estrutura.

Instalação do Coletor: Instalação e fixação mecânica do Dispositivo Coletor Flexível (cesto) na estrutura do bueiro.

Instalação do Sensor: Acoplamento e fixação do Sensor Volumétrico no dispositivo coletor.

Parametrização e Cadastro: O Operador Técnico realiza, via Aplicativo Móvel, a ativação do sensor, a parametrização da conectividade e o cadastro do ativo (bueiro + sensor) na Plataforma de Gestão, vinculando-o às coordenadas GPS.

B) Macroprocesso de Manutenção e Limpeza (Rotina Contínua):

Geração de Alerta: O Sensor Volumétrico detecta o nível crítico e envia automaticamente um Alerta de Enchimento/Obstrução para a Plataforma de Gestão.

Despacho e Deslocamento: A ordem de serviço é gerada e a equipe desloca-se até o bueiro indicado pelo sistema.

Evidência Inicial (Antes): Antes de tocar no equipamento, o Operador Técnico registra via App a foto do bueiro cheio, evidenciando a condição reportada pelo sensor.

Execução da Limpeza: Retirada do cesto (ou sucção mecanizada), remoção dos resíduos, limpeza do sensor e recolocação do dispositivo.

Evidência Final (Depois): O Operador Técnico registra via App a foto do bueiro/cesto limpo e encerra a ordem de serviço, atualizando o status na Plataforma para "Operacional/Vazio".

6.1.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

6.1.4. Local e horário da prestação de serviço: O serviço será prestado em todo o município de Maricá, nas vias públicas destacadas no anexo demonstrativo de localização e quantificação dos bueiros, com monitoramento dos cestos disponíveis 24h, de domingo a domingo, com as equipes de limpeza e operação em atividade de segunda a sábado, das 7h às 16h e equipes técnicas de monitoramento e utilização de aplicativos, bancos de dados e semelhantes disponibilizadas 24h por dia, de domingo a domingo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1388
Rubrica	

6.1.5. A implantação poderá ocorrer de forma gradual e parcelada. A Administração poderá solicitar, por exemplo, a instalação inicial em 1.000 bueiros e, posteriormente, emitir novas Ordens de Serviço para expansão da malha, até o limite da Ata.

6.1.6. Cronograma de realização dos serviços:

6.1.7. Etapa 1: Período de Instalação dos programas e técnicas informadas na descrição do objeto e instalação dos sensores nos bueiros, a partir do primeiro dia de prestação dos serviços, com duração de 30 (trinta) dias;

6.1.8. Etapa 2: Início da execução periódica de aplicação dos produtos previstos, bem como de manutenção dos serviços de limpeza e controle dos sensores, com duração por toda a vigência contratual.

6.1.9. (i) Os sensores volumétricos irão apontar o grau de armazenamento de cada bueiro alvo; (ii) Deverão ser limpos, no prazo de 24h, os bueiros cujo grau de armazenamento esteja igual ou superior a 80%; (iii) A rotina de limpeza e desobstrução será **orientada primordialmente pelos alertas emitidos pela Plataforma de Telegestão** (bueiros com nível crítico ou obstruídos) além de implementar rotina de revisão e manutenção preventiva, com o estabelecimento de rotas pré-ordenadas, por escolha da contratante ou, na falta desta, por critério da contratada, de modo que todo bueiro alvo seja devidamente verificado em periodicidade não superior a 90 (noventa) dias; (iv) Demandas emergenciais, oriundas da previsão de fortes chuvas e/ou outros eventos da natureza deverão ser prontamente realizadas, em período não superior a 2h de sua detecção; (v) A contratada terá o prazo de 24h para corrigir eventuais inconsistências nos sensores, inclusive em caso de necessidade de troca do objeto; (vi) A contratada terá o prazo de 24h para corrigir eventuais inconsistências do sistema que impossibilitem o controle por parte da Contratante; (vii) Os larvicidas serão devidamente aplicados, a razão de uma unidade por bueiro, com periodicidade mensal.

6.1.10. Subsidiariamente, a Contratada deverá manter **cronograma de manutenção** preventiva cíclica de modo a visitar cada ponto monitorado, no mínimo, uma vez a cada 90 (noventa) dias para aferição física dos sensores, integridade do cesto retentor e limpeza preventiva, garantindo a perenidade dos equipamentos. A licitante deverá apresentar junto a sua proposta, uma sugestão de cronograma, a fim de permitir que a administração avalie melhor o planejamento de execução.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1389
Rubrica	

6.1.11. Todos os resíduos gerados são de inteira responsabilidade da contratada que deverá comprovar fim ambientalmente adequado, assim considerado como aquele que incorra em correta utilização do material em regimes de reciclagem e/ou reaproveitamento sustentável e, na falta desses, o regular descarte, ambientalmente adequado, a ser comprovado nos autos em período não superior a 90 (noventa) dias de periodicidade.

6.1.12. **Da Gestão e Destinação Final de Resíduos:**

6.1.13. Todos os resíduos sólidos e efluentes coletados durante as operações de limpeza e desobstrução são de responsabilidade integral da Contratada, que deverá realizar o transporte e a destinação final ambientalmente adequada exclusivamente em **Aterros Sanitários ou Estações de Tratamento devidamente licenciados** pelo órgão ambiental competente.

6.1.14. É vedado o descarte de resíduos em terrenos baldios, encostas, corpos hídricos ou locais não autorizados, sob pena de rescisão contratual imediata e responsabilização nas esferas cível, penal e administrativa.

6.1.15. **Condição para Pagamento:** A liquidação da despesa e o efetivo pagamento das medições mensais ficarão **condicionados** à apresentação, juntamente com a Nota Fiscal, dos seguintes documentos referentes ao período medido:

6.1.16. **a) Cópia dos Manifestos de Transporte de Resíduos (MTR)**, devidamente assinados pelo gerador, transportador e receptor;

6.1.17. **b) Certificado de Destinação Final (CDF)** ou declaração equivalente emitida pela unidade receptora licenciada, atestando o recebimento da volumetria/tonelagem compatível com o serviço executado no mês;

6.1.18. **c) Licença de Operação (LO)** válida da unidade de destinação final utilizada.

Materiais a serem disponibilizados

6.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1390
Rubrica	

6.2.1. 7.000 (sete mil) unidades de Dispositivos de retenção flexíveis com sensores volumétricos, a serem instalados na forma do anexo A demonstrativo de localização e quantificação dos bueiros;

6.2.2. 7.000 (sete mil) unidades mensais de produto destinado ao combate do larvicida, em tamanho e capsulas estimadas na descrição do objeto;

6.2.3. Instalação de todos os softwares e programas estimados na descrição do objeto, com disponibilização de acesso, via computador, celular, aparelho televisivo ou outro equivalente, a ser indicado pelo Contratante, com até 5 (cinco) pontos de acesso, permitida a visualização de imagens, pontos de controle e volume e todas as informações pertinentes ao andamento dos serviços;

6.2.4. Todos os uniformes e EPPs, bem como insumos ligados direta ou indiretamente com a prestação do serviço, na forma da planilha de composição de custo em anexo, atentando-se ao fato de que todos os uniformes deverão ser fornecidos com periodicidade semestral, em no mínimo 03 (três) conjuntos completos por colaborador, devendo todos os insumos estarem em plena validade e boas condições de uso, o que deverá ser atestado, ainda que por amostragem, mensalmente, no bojo da documentação referente as medições mensais.

DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS QUANTO EQUIPAMENTOS E SEGURANÇA

6.3. Quanto aos Veículos e Equipamentos

6.3.1. Disponibilizar e manter frota de veículos adequada à execução dos serviços, incluindo os Caminhões Combinados (Hidrojato/Sugador/Hipervácuo) e veículos de apoio (pick-ups), conforme especificações técnicas do ETP, com idade máxima de 10 (dez) anos de fabricação, em perfeito estado de funcionamento, conservação e limpeza.

6.3.2. Equipar 100% da frota com sistema de rastreamento via satélite (GPS), permitindo à Fiscalização do contrato a auditoria das rotas e tempos de deslocamento.

6.3.3. Fornecer todo o ferramental necessário para a abertura de tampas de bueiros (alavancas, ganchos), limpeza manual (pás, enxadas, vassouras) e manutenção dos sensores, garantindo a ergonomia e segurança dos trabalhadores.

6.3.4. Garantir a substituição de qualquer veículo ou equipamento que apresente defeito mecânico ou pane no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a fim de não prejudicar o cronograma de atendimento aos alertas críticos.

6.4. Quanto aos Equipamentos de Proteção (EPIs) e Segurança do Trabalho:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1391
Rubrica	

6.4.1. Fornecer e fiscalizar o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados aos riscos da atividade, em estrita observância à Norma Regulamentadora nº 06 (NR-6) do Ministério do Trabalho, incluindo, no mínimo:

6.4.1.1. Luvas de proteção química e mecânica (PVC/Raspa);

6.4.1.2. Calçados de segurança impermeáveis (Botas de PVC/Borracha);

6.4.1.3. Máscaras respiratórias adequadas para manipulação de resíduos e insumos biológicos;

6.4.1.4. Óculos de proteção;

6.4.1.5. Coletes refletivos de alta visibilidade para trabalhos em via pública;

6.4.1.6. Protetores auditivos (para operadores de maquinário ruidoso).

6.4.2. Sinalizar adequadamente as áreas de intervenção em vias públicas com cones, fitas e placas de advertência, conforme normas de trânsito vigentes, garantindo a segurança da equipe e dos transeuntes durante as operações de limpeza e instalação.

6.4.3. Responsabilizar-se pelo treinamento periódico da equipe quanto às normas de segurança, higiene e prevenção de acidentes.

Local da prestação de serviço:

6.4.4. Os serviços serão executados, conforme emissão da ordem de serviço emitida pela Contratante, nos locais indicados na memória de cálculo, anexa a este Termo de Referência.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim. Assim, a comunicação preferencialmente se dará por meio do e-mail ambiente.marica.rj@gmail.com. ou por correspondência para a Secretaria meio ambiente e sustentabilidade, no endereço Rua Albatroz, 556, Parque Nanci, Maricá/RJ. CEP 24914-100



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1392
Rubrica	

7.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput); sendo os seguintes fiscais e gestor:

7.1.4. 7.3.1. Gestor do Contrato: Andressa Bittencourt da Cruz, Matrícula 113.758;

7.1.5. 7.3.2. Fiscais administrativos: Pamella Batista leal, Matrícula: 114.563

7.1.6. 7.3.3. Fiscais técnicos: Guilherme Di Cesar da Mota e Silva, Matrícula 7453;

7.1.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

7.1.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

7.1.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.1.10. A Secretaria poderá rejeitar, o objeto contratado, no todo ou em parte, se em desacordo com o Termo de Referência;

7.1.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras;

7.1.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

7.1.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

7.1.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

7.1.15. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1393
Rubrica	

7.1.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

7.1.17. O fiscal administrativo do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

7.1.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

7.1.19. O fiscal do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

7.1.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

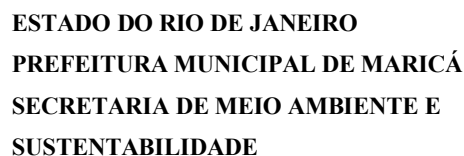
7.1.21. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;

7.1.22. Os fiscais do contrato elaborarão relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

7.1.23. O contrato que vier a ser firmado poderá ser alterado, com devida justificativa, nos casos previstos nos artigos 124 a 130 da Lei 14.133/2021;

7.2. Da Propriedade Intelectual e Dados:

7.2.1. Todo o banco de dados gerado pela execução dos serviços (histórico de níveis, alertas, fotos, georreferenciamento e relatórios) é de propriedade exclusiva do Município de Maricá.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1394
Rubrica	

7.2.2. Ao final do contrato, por qualquer motivo, a Contratada obriga-se a fornecer os dados brutos e tratados em formato aberto e interoperável (CSV, SQL, JSON), garantindo a reversibilidade da solução e a continuidade histórica das informações, sob pena de retenção do último pagamento.

8. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO ESTIMADO

8.1. O presente cronograma estabelece a programação de execução dos serviços e o fluxo de desembolso financeiro, correlacionando a conclusão de cada etapa com a respectiva medição e pagamento, garantindo a liquidação da despesa apenas mediante a entrega efetiva das etapas (físicas ou lógicas).

[illegible]



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1395
Rubrica	

Treinamen	
6 to	(100% do Item)
FLUXO	
FINANC	~3, ~3,6 ~3, ~3, ~3, ~3, ~3, ~3, ~3, ~3, ~3,
EIRO (%)	~59,6% 7% % 6% 6% 6% 6% 6% 6% 6% 6%

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em anexo.

9.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

9.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

9.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

9.3.1. Quantitativo de sensores volumétricos devidamente instalados com regular monitoramento;

9.3.2. Assiduidade da aplicação do larvicida, levando em consideração o quantitativo indicado para aplicação mensal;

9.3.3. Disponibilização de preposto apto ao atendimento das demandas solicitadas pelo Contratante;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1396
Rubrica	

9.3.4. Fiel execução do cronograma de manutenção dos sensores volumétricos.

9.4. A gestão contratual será pautada por Acordo de Nível de Serviço (ANS/SLA), vinculando o pagamento à performance da Contratada.

9.5. A aferição mensal determinará o **Fator de Qualidade (FQ)**, que poderá resultar em descontos (glosas) na fatura, conforme o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)** abaixo.

9.6. CONCEITO DE NMSE (NÍVEL MÍNIMO DE SERVIÇO EXIGIDO)

O NMSE representa o limiar de tolerância da Administração. O não atingimento das metas abaixo impactará financeiramente a Contratada e, em caso de reincidência crítica, poderá motivar a rescisão contratual.

9.7. TABELA DE INDICADORES (IMR):

ID	Indicador	Fórmula de Cálculo	de Meta (NMSE)	Periodicidade	Impacto na Fatura (Glosa)
IND-01	Disponibilidade da Plataforma de Software (SaaS)	$\frac{\text{Horas Disponíveis}}{\text{Horas Totais do Mês}} \times 100$	$\geq 99,5\%$	Mensal	Alta: Desconto de 2% sobre o valor da fatura mensal para cada 0,5% abaixo da meta.
IND-02	Disponibilidade da Malha de Sensores (IaaS)	$\frac{\text{Sensores Comunicando}}{\text{Total de Sensores Instalados}} \times 100$	$\geq 98,0\%$	Mensal	Média: Desconto proporcional aos sensores inativos + Multa de 1% se ficar abaixo de 95%.
IND-03	Tempo de Resposta a Alertas Críticos (Limpeza)	Tempo decorrido entre o Alerta de Nível Crítico no sistema e o Início efetivo da	≤ 4 Horas	Por Evento	Alta: Desconto de R\$ 500,00 por ocorrência fora do prazo.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1397
Rubrica	

						limpeza pela equipe.
IND- 04	Qualidade do Evidenciamento (App)	% de registros com fotos "Antes/Depois" e GPS válidos	100%	Mensal		Crítica: Não pagamento (Glosa total) dos serviços de limpeza que não possuírem evidência fotográfica válida no sistema.
IND- 05	Prazo de Solução de Hardware	Tempo para troca de sensor vandalizado ou com defeito.	≤ 48 Horas	Por Evento		Média: Desconto de 0,5% sobre a parcela de "Serviços Continuados" por dia de atraso.
IND- 06	Eficácia da Aplicação de Larvicida (BTI)	Cumprimento do ciclo de reposição do bio-insumo nos bueiros mapeados.	100% da Rota	Ciclo (60 dias)		Alta: Glosa do valor unitário do insumo não aplicado + Multa de 2% sobre a fatura.

9.8. REGRAS DE APLICAÇÃO DO IMR:

9.8.1. O pagamento mensal será calculado pela fórmula: $P = V * FQ$, onde P é o Pagamento, V é o Valor Medido e FQ é o Fator de Qualidade resultante da aplicação das glosas do IMR.

9.8.2. A indisponibilidade dos sistemas por motivos de força maior (ex: queda generalizada de internet na cidade, catástrofes naturais) não será computada para fins de penalidade, desde que devidamente justificada e aceita pela Fiscalização.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1398
Rubrica	

9.8.3. A Contratada deverá disponibilizar, dentro da própria Plataforma de Telegestão, um **Painel de Auditoria (Dashboard de SLAs)** que permita à Fiscalização acompanhar os indicadores IND-01 e IND-02 em tempo real.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

10.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

10.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1399
Rubrica	

10.8. Para a realização do pagamento será observada a ordem cronológica para cada fonte de recurso nos termos do art. 141 da Lei 14.133/2021;

10.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 73 do Decreto Municipal nº 078/2025 e Decreto Municipal nº 723/21;

10.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

10.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1400
Rubrica	

10.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

10.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

10.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

10.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme Decreto Municipal nº 723/2021.

10.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

10.20. O pagamento será realizado por meio de depósito na conta corrente da CONTRATADA através de ordem bancária, mediante apresentação da requisição de pagamento e da respectiva Nota Fiscal/Fatura do fornecimento, isenta de erros, acompanhada do atesto do Fiscal do Contrato;

10.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

10.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável e na Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012;

10.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

10.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1401
Rubrica	

10.25. As cooperativas observarão o disposto no Art. 111 da Lei nº 5.764/1971 quanto à renda auferida com os objetos fornecidos ao Município.

10.26. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

10.27. À CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, o material fornecido não estiver em perfeitas condições e em conformidade com as especificações definidas neste Termo de Referência;

10.28. A apresentação de certidões atrasadas ou irregulares com a nota fiscal ensejará anotação do fiscal em registro próprio e criará pendência a ser sanada pela CONTRATADA.

10.29. A CONTRATADA optante pelo “SIMPLES” (Lei nº 9.317/96), será obrigada a informar no corpo da nota fiscal e apresentar declaração, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal;

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

11.2. Será adotado o **Sistema de Registro de Preços**, considerando as disposições do Decreto Municipal de nº 937 de 2022, especificamente os incisos II e IV do Art. 3º e I e II do Parágrafo Único do Art. 4º, tendo como órgão participante a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Prefeitura Municipal de Maricá.

11.3. O modo de disputa será aberto com base no artigo 56, inciso II da Lei nº 14.133/2021;

11.4. Não será concedida cota para microempresa, em consonância com o art. 49 da Lei Complementar nº 123/06, tendo em vista não ser viável a divisão do objeto da contratação, conforme item 9 do Estudo Técnico Preliminar.

11.4.1. Tal decisão fundamenta-se na natureza de solução integrada e indissociável do objeto, cujo parcelamento foi tecnicamente afastado conforme demonstrado no Item 9 do Estudo Técnico Preliminar (ETP). A imposição de cotas reservadas ou exclusividade por itens comprometeria a interoperabilidade tecnológica e a economia de escala, além



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1402
Rubrica	

de elevar o risco operacional pela fragmentação da responsabilidade técnica sobre os 7.000 pontos críticos monitorados. Considerando a elevada complexidade da solução — que exige caminhões especializados (hidrojato/sugador) e gestão de redes IoT de larga escala, o tratamento diferenciado revela-se materialmente inviável, podendo prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa e a segurança sanitária do Município.

Consórcio

11.5. Fica autorizado a participação de consórcio de empresas na licitação, devendo ser indicada uma empresa líder que será responsável, perante a Prefeitura de Maricá, pelos atos praticados pelo Consórcio.

11.6. Uma vez que a empresa participe da licitação através de um consórcio, a mesma não poderá participar da mesma licitação isoladamente ou através de outro consórcio.

11.7. As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

Cooperativas

11.8. A participação de cooperativas é autorizada, desde que seu objeto social tenha compatibilidade com objeto da licitação, bem como observados os termos do Art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação

11.9. As condições de habilitação serão definidas no edital, de acordo com artigo 65 da Lei nº 14.133/2021;

11.10. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, de acordo com o artigo 65, §1º da Lei nº 14.133/2021;

11.11. As empresas participantes de consórcio deverão realizar apresentação conjunta, porém individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista

Habilitação jurídica

11.12. A documentação a ser apresentada pela licitante limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, conforme expresso no artigo 66 da Lei 14.133/2021;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1403
Rubrica	

11.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

11.14. Em atendimento ao artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, as habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Comprovação ou declaração quanto a não empregabilidade de menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e quanto a não empregabilidade de menores de dezesesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz.

11.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

11.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.17. Será observada a equivalência do benefício descrito no item anterior para a participação de cooperativas que tenham auferido renda bruta anual equivalente às da empresa de pequeno porte, na forma do Art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

Qualificação Econômico-Financeira

11.18. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1404
Rubrica	

11.19. Em atendimento ao artigo 69 da Lei nº 14.133/2021, o edital deverá prever que o coeficiente do Índice de Liquidez Geral (ILG) deverá ser igual ao maior que 1 (um), obtido pela aplicação da seguinte fórmula:

a)
$$\text{Liquidez Geral (ILG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

11.20. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) no índice de Liquidez Geral (ILG), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor total estimado da contratação;

11.21. O atendimento do índice econômico previsto neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11.22. Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% (dez por cento), sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.23. Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante. As licitantes sediadas em demais comarcas do Estado do Rio de Janeiro, que não a do Município de Maricá, ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

Qualificação Técnica

11.23.1. Para fins de qualificação técnico-operacional e técnico-profissional, com fundamento no art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitantes deverão apresentar:

11.23.2. A Prova de registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em plena validade.

11.23.2.1. A exigência de Registro ou Inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em plena validade, encontra respaldo na exigência legal de comprovação de aptidão técnico-profissional compatível com o objeto licitado, atribuindo aos Conselhos profissionais a fiscalização das atividades técnicas sujeitas à responsabilidade técnica.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1405
Rubrica	

11.23.3. A licitante deverá declarar disponibilidade da Licença de Operação Ambiental válida e emitida pelo órgão ambiental competente, que autorize o exercício das atividades relacionadas ao tratamento, manejo, transporte ou disposição de resíduos sanitários e demais operações correlatas previstas no objeto.

11.23.3.1. Informa que a licença é imprescindível para garantir que a licitante está legalmente apta a desempenhar as atividades previstas, preservando o interesse público, o meio ambiente e a segurança sanitária dos serviços a serem executados.

11.23.3.2. A exigência decorre da natureza sensível e potencialmente poluidora das atividades inerentes ao objeto contratual, especialmente no que tange ao tratamento, manuseio, transporte ou disposição de resíduos oriundos de sistemas de esgotamento sanitário.

11.23.3.3. O licenciamento ambiental brasileiro estrutura-se em três fases sequenciais, conforme o Decreto nº 99.274/1990: (i) Licença Prévia (LP), que aprova a concepção e a viabilidade ambiental; (ii) Licença de Instalação (LI), que autoriza o início das obras; e (iii) Licença de Operação (LO), que autoriza o funcionamento após a comprovação do cumprimento das exigências ambientais. A exigência da LO no presente certame recai sobre a fase mais crítica: a operação efetiva de atividades potencialmente poluidoras que integram o objeto contratado.

11.23.4. Qualificação Técnico-operacional

- o Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- o Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) no período de 12 (doze) meses, sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados, com as seguintes características mínimas:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1406
Rubrica	

Item	Especificação	Quantidade e total do item	Unidade de Medida	Quantidade a ser comprovada	Quantidade a ser comprovada em Percentual (%)
1	Subscrição de Software (Licenciamento SaaS): Direito de uso anual da plataforma de telegestão, aplicativos mobile, dashboards e APIs de integração.	7.000	Subscrição Anual (por sensor)	2.100	30%
2	Disponibilização de Infraestrutura IoT (IaaS): Subscrição anual referente à disponibilização, locação e garantia de funcionamento de 7.000 sensores e cestos inteligentes (Hardware as a Service).	7.000	Subscrição Mensal (por sensor)	2.100	30%
5	Serviços Continuados de Operação e Saneamento: Execução de limpeza mecanizada, desobstrução, manutenção física e suporte técnico.	12	Mês	03	25%

- Para comprovação de experiência acima solicitada, deverá ser apresentada:
- **Referente ao item 1:** a apresentação de atestados que comprovem a experiência na implantação e operação de sistema de telegestão de ativos urbanos (como bueiros, iluminação pública, hidrômetros ou similares), utilizando sensores com conectividade sem fio (IoT), integrados a plataforma de software para visualização de dados e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1407
Rubrica	

emissão de alertas, em nome do licitante, com o quantitativo mínimo de 2.100 (duas mil e cem) unidades monitoradas, correspondente a 30% do quantitativo para fins de comprovação da expertise para operação em sua métrica.

- **Referente ao item 2:** a apresentação de atestado comprovando experiência na gestão, operação ou disponibilização de infraestrutura de dispositivo de sensoriamento remoto ou telemetria, utilizando conectividade sem fio (IoT), integrados a uma plataforma de software para visualização de dados e emissão de alertas, com o quantitativo mínimo de 2.100 (duas mil e cem) subscrições mensais (por sensor), correspondente a 30% do quantitativo para fins de comprovação da expertise
- **Referente ao item 5:** a apresentação de atestado de execução de serviços de limpeza mecanizada, manutenção ou desobstrução de galerias de águas pluviais, redes de esgoto, bueiros ou bocas de lobo, com utilização de equipamentos combinados (hidrojato/sugador), com o quantitativo mínimo de prestação de serviço de 03 (meses) meses, correspondente a 25% do quantitativo para fins de comprovação da expertise.
- Para fins de comprovação da qualificação técnica operacional exigida, serão aceitos atestados que demonstrem o monitoramento de ativos urbanos ou remotos diversos, tais como: bueiros inteligentes, iluminação pública (telegestão), hidrômetros ou medidores de energia (*smart metering*), rastreamento de ativos móveis/frota, estações meteorológicas ou monitoramento ambiental, desde que a solução comprove o uso de transmissão de dados e gestão centralizada via sistema web.
- Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;
- Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1408
Rubrica	

português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora; e

- A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.
- A seleção das parcelas de maior relevância foi realizada considerando os elementos que efetivamente estruturam o funcionamento da solução e cuja execução inadequada comprometeria o desempenho global do sistema, sendo identificadas como parcelas de maior relevância os seguintes componentes:
 - **Gestão de Monitoramento Remoto (IoT)** - Tal parcela representa o núcleo tecnológico da solução, responsável pela implantação e operação do sistema de sensoriamento volumétrico, transmissão de dados e monitoramento remoto dos ativos urbanos.
 - **Serviços de Saneamento e Limpeza Urbana com Equipamentos Especializados** - A execução material das intervenções físicas no sistema de drenagem constitui o braço operacional da solução, sendo indispensável para a efetividade das informações geradas pela camada tecnológica.
 - **Gestão e Disponibilização de Infraestrutura de Monitoramento IoT (IaaS/Telegestão)** - Esta parcela refere-se à capacidade de prover e operar a infraestrutura tecnológica necessária à coleta, transmissão e gestão de dados provenientes dos sensores instalados nos ativos urbanos.

11.23.5. Qualificação Técnico-profissional



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1409
Rubrica	

- Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (CREA), detentor(es) de de acervo de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, também abaixo indicado(s):
- 3. Engenheiro(a) Civil ou Engenheiro(a) Ambiental ou Engenheiro(a) Sanitário(a); e
- 4. Engenheiro(a) de Telecomunicações ou Engenheiro(a) Eletrônico(a).

1.1. A admissão dos profissionais – Engenheiro(a) Civil ou Engenheiro(a) Ambiental ou Engenheiro(a) Sanitário(a) - de forma alternativa é tecnicamente fundamentada, pois cada um é individualmente suficiente para cobrir as atividades técnicas sujeitas a responsabilidade formal, e a permissão de qualquer um dos três amplia a competição sem abrir mão da segurança técnica, em plena conformidade com a Lei nº 14.133/2021, art. 67, inciso I.

2.1. A admissão dos profissionais - Engenheiro(a) de Telecomunicações ou Engenheiro(a) Eletrônico(a) - de forma alternativa é tecnicamente fundamentada e amplia a competição sem abrir mão da segurança técnica, vez que ambas derivam da mesma base normativa (Art. 9º da Res. 218/73) e têm atribuições que, conjugadas, cobrem integralmente o escopo tecnológico do objeto.

- O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021.
- O (s) responsável (is) técnico (s) indicados poderá (ão) ocupar a posição de diretor, sócio, empregado ou prestador de serviços, devendo ser comprovada sua vinculação com o licitante, até a data da apresentação dos documentos de habilitação, por meio de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1410
Rubrica	

carteira de trabalho e previdência social (CTPS), contrato de prestação de serviços, ficha de registro de empregado ou contrato social, conforme o caso;

- O (s) responsável (is) técnico (s) indicados poderá (ão), ainda, se vincular ao licitante por meio de declaração de compromisso de vinculação contratual futura ou por contrato de prestação de serviços que se refira à obrigação futura do profissional em responder tecnicamente pelo licitante hipótese na qual deverá especificar sua vinculação à execução integral do serviço objeto da licitação;
- O profissional indicado pela Licitante como Coordenador e Responsável deverá apresentar uma Declaração de Anuência e Concordância com a indicação.

12. DA PROVA DE CONCEITO (PoC) E ANÁLISE DE AMOSTRAS

12.1. Como condição para aceitação definitiva da proposta, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da convocação pelo Pregoeiro, Amostras e Prova de Conceito (PoC) dos equipamentos ofertados, a fim de que a Administração verifique a conformidade com as especificações técnicas, desempenho e qualidade exigidos neste Termo de Referência.

12.2. Itens a serem apresentados:

12.3. O licitante deverá disponibilizar para análise da equipe técnica:

a) 01 (uma) unidade do Dispositivo Coletor (Cesto): Para verificação de dimensões, material, resistência da malha e sistema de fixação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1411
Rubrica	

- b) 01 (uma) unidade do Sensor Volumétrico IoT: Devidamente ativado e funcional;
- c) Acesso à Plataforma de Telegestão (Ambiente de Teste): Link, login e senha para verificação do recebimento dos dados do sensor apresentado;
- d) Documentação Técnica (Datasheet): Ficha técnica original do fabricante dos sensores e dos cestos, contendo especificações de materiais, dimensões e normas atendidas;
- e) Certificação ANATEL: Cópia do Certificado de Homologação emitido pela ANATEL referente ao modelo do sensor/transmissor ofertado.

12.4. Roteiro de Testes (Prova de Conceito):

12.4.1. A avaliação será realizada pela equipe técnica da contratante, em sessão pública designada para este fim, observando os critérios do Apenso ao presente termo de Referência, considerando:

12.4.1.1. Teste de Conectividade: O sensor será estimulado fisicamente (simulação de enchimento) e deverá enviar o alerta correspondente para a Plataforma de Telegestão em tempo real (ou dentro da latência do protocolo LoRaWAN/NB-IoT), comprovando a integração Hardware-Software.

12.4.1.2. Teste Físico do Cesto: Será verificada a robustez da malha, a existência do sistema de extravasão (ladrão) para não bloquear a água e a compatibilidade do suporte de fixação com as bocas de lobo padrão do município.

12.4.1.3. Verificação de Especificações: Confronto entre as características físicas da amostra, as informações do Datasheet e as exigências deste Termo de Referência (ex: grau de proteção IP67/68, dimensões da malha, tipo de bateria).

12.5. Da Aprovação ou Rejeição:

12.5.1. Será rejeitada a proposta do licitante cuja amostra/PoC não atender às especificações técnicas, não apresentar conectividade funcional durante o teste ou apresentar vícios de qualidade.

12.5.2. Na hipótese de rejeição, o Pregoeiro convocará o licitante remanescente (segundo colocado) para apresentação de suas amostras, e assim sucessivamente.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O valor total estimado da prestação do serviço é de R\$ 92.038.805,89 (noventa e dois milhões trinta e oito mil oitocentos e cinco reais e oitenta e nove centavos).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1412
Rubrica	

13.2. Todos os custos do fornecimento, equipamentos, materiais, logística e transporte serão considerados inclusos na proposta de preços ofertada, não podendo a CONTRATADA alegar desconhecimento ou negligências por desconhecimento do presente item;

13.3. A PROPOSTA DE PREÇOS será assinada obrigatoriamente pelo representante legal da LICITANTE, com preço unitário e preço global em Real (R\$) com prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de abertura da presente licitação, a ser prevista no Edital do certame;

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando às penalidades previstas no subitem 14.2, “d”;

14.2. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o órgão requisitante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3. A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

- 14.3.1. 0,5% (meio por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1413
Rubrica	

da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não—aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

- 14.3.2. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;
- 14.3.3. 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e
- 14.3.4. A multa prevista nas alíneas “b” e “c” do item 14.2 será aplicada conforme as infrações cometidas e o nível de gravidade respectivo, indicados na matriz de risco e tabela a seguir:

IMPACTO	Alto	6 (4%)	8 (8%)	9 (10%)
	Médio	3 (1,5%)	5 (3%)	7 (6%)
	Baixo	1 (0,5%)	2 (1%)	4 (2%)
		BAIXO	MÉDIO	ALTO
PROBABILIDADE				

ITEM	DESCRIÇÃO	NÍVEL	MIN.	MÁX.
1	Deixar de manter, durante todo o período de vigência contratual, quaisquer das condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação.	9	10%	20%
2	Não prestar os serviços dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.	9	10%	20%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1414
Rubrica	

3	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato.	9	10%	20%
4	Se recusar a corrigir os erros no serviço e nos documentos emitidos em razão da execução do objeto do contrato apontados pela Fiscalização	8	8%	20%
5	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto.	8	8%	20%
6	Deixar de responsabilizar-se pelos encargos trabalhista, fiscal e comercial, pelos seguros de acidente e quaisquer outros encargos resultantes da prestação do serviço, quando for o caso.	7	6%	20%
7	Deixar de encaminhar documentos fiscais e todas documentações determinadas pelo fiscal do contrato para efeitos de atestar a entrega dos bens e comprovar regularizações.	6	4%	20%
8	Deixar de responsabilizar-se pelas informações, documentos e relatórios entregues, bem como deixar de assinar os documentos, atas e relatórios produzidos.	6	4%	20%
9	Caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras.	6	4%	20%
10	Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE	6	4%	20%
11	Retirar das dependências da Secretaria quaisquer equipamentos ou materiais de consumo sem autorização prévia.	6	4%	20%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1415
Rubrica	

12	Deixar de responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus colaboradores e por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE e a terceiros.	5	3%	20%
13	Deixar de prestar o serviço na forma determinada no Termo de Referência e no Planejamento do Trabalho	5	3%	20%
14	Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.	5	3%	20%
15	Deixar de resguardar que seus colaboradores cumpram as normas internas do CONTRATANTE e impedir que os que cometerem faltas a partir da classificação de natureza grave continuem na prestação dos serviços.	5	3%	20%
16	Deixar de relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do fiscal do Contrato ou pessoa designada pelo Secretário da pasta.	4	2%	20%
17	Deixar de se sujeitar à fiscalização do CONTRATANTE, tais como, mas não limitados a resposta de e-mails, telefonemas, atendimento às orientações do fiscal do contrato e a prestação dos esclarecimentos formulados.	3	1,50%	20%
18	Deixar de relatar à CONTRATANTE toda e quaisquer irregularidades ocorridas, que impeça, altere ou retarde a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento.	3	1,50%	20%
19	Deixar de comparecer às reuniões agendadas, sem prévia comunicação	3	1,50%	20%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1416
Rubrica	

20	Deixar de assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias para o atendimento dos colaboradores acidentados ou com mal súbito.	3	1,50%	20%
21	Deixar de responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho sofridos pelos seus empregados quando em serviço, quando for o caso.	1	0,50%	20%
22	Deixar de observar rigorosamente as normas regulamentadoras de segurança do trabalho.	1	0,50%	20%
23	Deixar de disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.	1	0,50%	20%

14.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.5. Na gradação das multas administrativas serão observadas as seguintes regras:

I. Se o infrator, cumulativamente, não for reincidente na prática de infrações administrativas, não tiver agido com dolo e não tiverem ocorrido circunstâncias agravantes, o valor da multa será aplicado no mínimo previsto na tabela anterior;

II. Se, além dos elementos previstos no inciso anterior, a infração for cometida por pessoa física, microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas, o valor da multa deverá ser inferior a um quarto do valor máximo previsto para a respectiva infração, não podendo, em qualquer caso, ser inferior ao mínimo previsto na tabela anterior;

III. São circunstâncias que sempre agravam a penalidade, quando não constituem ou qualificam a infração:

h) reincidência nas infrações;

i) ausência de comunicação, pelo infrator, do risco de danos a bens, pessoas e serviços;

j) ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária ou por outro motivo torpe, ou coagindo outrem para a execução material da infração,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1417
Rubrica	

- k) afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente;
- l) causando danos à propriedade alheia;
- m) mediante fraude ou abuso de confiança;
- n) no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais;

14.6. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

14.7. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” do item 14.2 poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas “b” e “c”, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

14.8. As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item 14.2 não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

14.9. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresse nesse sentido.

14.10. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

14.11. A aplicação das sanções previstas no item 14.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1418
Rubrica	

com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

14.13. Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nas alíneas “d” e “e” do item 14.2, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Jornal Oficial de Maricá - JOM.

14.14. O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser direcionados à autoridade competente e entregues, mediante recibo, no setor de protocolo da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, localizado na(o) Rua Albatroz, 556 – Parque Nanci, Maricá - RJ, 24914-100, Maricá-RJ, nos dias úteis, das 08h às 17h, ou por e-mail para ambiente.juridicomarica@gmail.com.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A indicação da dotação orçamentária específica será realizada na fase própria do procedimento, observadas as previsões do PPA, LDO e LOA vigentes e do FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL.

15.2. Ação nº: 310218.5410046.1158.

Maricá, 07 de abril de 2026.

INTEGRANTE TÉCNICO

Pamella Batista Leal

Assessora

Matrícula: 114.563

Andressa Bittencourt da Cruz

Subsecretária



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1419
Rubrica	

Matrícula: 113.758

Aprovo este Termo de Referência e atesto sua conformidade às disposições da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 78/2025.

AUTORIDADE

Helter Viana Ferreira de Almeida

Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Matrícula: 113.494





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1420
Rubrica	

ANEXO A – MEMÓRIA DE CÁLCULO

(SERÁ ANEXADO EM SEPARADO, DISPONIBILIZADO NO COMPRASGOV E NO
SITE DA PREFEITURA EM RAZÃO DE SEU TAMANHO EXCEDER O LIMITE
SUPORTADO PELO WORD)





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1421
Rubrica	

ANEXO B - CRITÉRIOS PROVA DE CONCEITO

A Prova de Conceito (PoC) será avaliada mediante a aplicação de checklist de conformidade. A proposta será DESCLASSIFICADA caso a licitante incorra em qualquer uma das situações abaixo:

- a) Obter índice de conformidade inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do total de itens avaliados no checklist;
- b) Obter resultado "REPROVADO" em qualquer um dos itens considerados essenciais para a funcionalidade do sistema, independentemente da pontuação geral atingida. São considerados itens críticos os de números: 05 (Anatel/Datasheet), 07 (Precisão de Leitura) e 08 (Conectividade/Latência) (CONFERIR COM A NET OS MAIS CRITICOS).
- c) Apresentar equipamentos com danos físicos visíveis, montagem precária, improvisações ("gambiarras") ou materiais divergentes do especificado no Edital, que comprometam a durabilidade da solução.

A) Quanto à Estrutura Física (Dispositivo Cesto Coletor):

1. Malha do cesto com divergências das especificações, como apresentar abertura superior a 20mm (permitindo passagem de resíduos sólidos grandes) ou inferior a 10mm (causando entupimento rápido), considerando a tolerância de fabricação;
2. O sistema de alças ou suporte não permite a fixação segura na borda de uma boca de lobo padrão (retangular), ou o material do cesto apresenta ruptura/rasgo visível ao ser submetido a teste de tensão manual simples;
3. Ausência de aberturas laterais superiores ou design que permita o fluxo da água em caso de colmatção (entupimento) total do fundo do cesto (risco de alagamento provocado pelo dispositivo).

B) Quanto ao Sensor Volumétrico (Hardware):



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1422
Rubrica	

4. O sensor não possui suporte ou mecanismo para fixação firme e estável no cesto coletor apresentado (sensor "solto" ou adaptado com "gambiarras" como fitas adesivas ou abraçadeiras plásticas não originais);

5. Não apresentação de laudo, certificado ou folha de dados (datasheet) original do fabricante atestando o Grau de Proteção mínimo IP67 (proteção contra imersão temporária);

6. O sensor, posicionado a uma distância fixa de um obstáculo (ex: chão ou parede), reporta na plataforma um valor com erro superior a 10% da distância real medida por trena (ex: distância real 100cm; leitura aceitável entre 90cm e 110cm).

C) Quanto à Conectividade e Plataforma (Teste Funcional):

7. o estímulo físico do sensor (ex: cobrir o sensor com a mão ou objeto simulando enchimento), a alteração de status (de "Vazio" para "Cheio/Crítico") não é refletida no Dashboard da plataforma em um tempo máximo de 10 (dez) minutos (considerando o ciclo de transmissão da rede LoRaWAN/NB-IoT);

8. O ponto monitorado não aparece plotado em mapa na interface web;

9. O aplicativo operacional não é capaz de registrar uma foto e vinculá-la a uma ordem de serviço ou ponto de monitoramento, ou a foto carregada não apresenta metadados de GPS/Data e Hora.

D) Critério Geral:

10. Inconsistência com Datasheet: As características físicas da amostra apresentada (dimensões, material, cor, modelo) divergem das informações contidas na Ficha Técnica (Datasheet) oficial entregue, caracterizando entrega de produto diverso do especificado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1423
Rubrica	

CHECKLIST DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRA

01	Comum	Dimensional da Malha: Abertura entre 10mm e 20mm ($\pm 10\%$)?	() Sim () Não () Parcial	(Se Sim: 1,0; Se Parcial 0,5)
02	Comum	Robustez/Fixação: Suporte compatível e sem ruptura à tração?	() Sim () Não () Parcial	(Se Sim: 1,0; Se Parcial 0,5)
03	Comum	Ladrão/Extravasor: Possui aberturas laterais de segurança?	() Sim () Não () Parcial	(Se Sim: 1,0; Se Parcial 0,5)
04	Comum	Acoplamento: Sensor fixo sem improvisos/gambiarras?	() Sim () Não () Parcial	(Se Sim: 1,0; Se Parcial 0,5)
05	CRÍTICO	Documentação: Apresentou Datasheet e Homologação ANATEL?	() Sim () Não () Parcial	(Se Sim: 1,0; Se Parcial 0,5)
06	Comum	Conformidade Visual: Amostra bate com o Datasheet?	() Sim () Não () Parcial	(Se Sim: 1,0; Se Parcial 0,5)
07	CRÍTICO	Precisão: Erro de leitura máximo de 10%?	() Sim () Não () Parcial	(Se Sim: 1,0; Se Parcial 0,5)
08	CRÍTICO	Conectividade: Alerta chegou no painel em até 10 min?	() Sim () Não () Parcial	(Se Sim: 1,0; Se Parcial 0,5)
09	Comum	Georreferenciamento: Sensor apareceu no mapa?	() Sim () Não () Parcial	(Se Sim: 1,0; Se Parcial 0,5)
10	Comum	App Mobile: Foto salva com metadados/GPS?	() Sim () Não () Parcial	(Se Sim: 1,0; Se Parcial 0,5)
		TOTAL DE PONTOS OBTIDOS:		____ / 10



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1424
Rubrica	

ANEXO C – ATESTADO DE VISTORIA

ATESTADO DE VISTORIA

Atesto sob as penas da lei, que a empresa

_____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica -
CNPJ, sob o nº _____,
com sede no endereço _____

_____, por intermédio de seu representante devidamente
habilitado, o(a) Sr. (a) _____

_____ portador(a) da Carteira de Identidade – CI nº _____
_____, expedida pelo (a) _____
_____, acompanhado do(a) servidor(a) _____

CPF nº _____, vistoriou

..... (Preencher o local que foi
vistoriado), tomando perfeito e efetivo conhecimento das condições
e peculiaridades da instalação para a execução do serviço objeto do
Edital de Licitação – Pregão Eletrônico nº ____/2026

Maricá, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante da Empresa

Assinatura do Servidor



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1425
Rubrica	

ANEXO D – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa

_____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica -
CNPJ, sob o nº _____,
com sede no endereço _____

_____, por intermédio de seu representante devidamente
habilitado, o(a) Sr. (a) _____

portador(a) da Carteira de Identidade – CI nº _____,
expedida pelo (a) _____, tem pleno conhecimento das
condições e peculiaridades do

.....(informar o local
da prestação do serviço), tendo informações suficientes para a
correta execução do serviço objeto do Edital de Licitação – Pregão
Eletrônico nº ____/2026, e, também, que a empresa não alegará
desconhecimento em quaisquer questionamentos futuros que
ensejem desavenças técnicas ou financeiras com o Prefeitura
Municipal de Maricá..

Maricá, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do Representante da Empresa



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1426
Rubrica	

ANEXO E – PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

PLANILHA DETALHADA DE COMPOSIÇÃO (MEMÓRIA DE CÁLCULO)

COMPOSIÇÃO DO ITEM 01: Subscrição de Software (SaaS)

Unidade de Medida Final: Subscrição Anual por Sensor.

Meta: 7.000 Licenças.

DESCRIÇÃO DO CUSTO TECNOLÓGICO	UNID.	QTD.	CUSTO UNIT.	TOTAL (R\$)
A. Infraestrutura de Nuvem e Hospedagem				
Hospedagem em Nuvem (AWS/Azure/Google) c/ Redundância	UN/Ano	1	R\$	R\$
Armazenamento de Dados (Big Data) e Tráfego de Imagens	UN/Ano	1	R\$	R\$
Certificados de Segurança (SSL) e Criptografia	UN/Ano	1	R\$	R\$
Tráfego de Dados (Egress/Ingress)	GB/Mês	500	R\$	R\$
B. Suporte e Manutenção Evolutiva				
Suporte Técnico Nível 1 e 2 (Help Desk)	Hora	120	R\$	R\$
Manutenção Corretiva e Atualizações do Software/APP	Hora	120	R\$	R\$
C. Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Despesas Administrativas e Gestão do Software	%	[X%]	R\$	R\$
Impostos Incidentes (ISS, PIS, COFINS)	%	[X%]	R\$	R\$
Margem de Lucro	%	[X%]	R\$	R\$
PREÇO TOTAL DO ITEM 01				R\$

COMPOSIÇÃO DO ITEM 02: Disponibilização de Infraestrutura IoT (IaaS)

Valor mensal por sensor/cesto. Refere-se à locação do hardware e garantia de funcionamento.

Unidade de Medida Final: Subscrição Mensal por Ponto.

Meta: 84.000 Mensalidades (7.000 sensores x 12 meses).

DESCRIÇÃO DO CUSTO DE ATIVOS (Hardware)	UNID.	QTD.	CUSTO UNIT.	TOTAL (R\$)
A. Amortização e Disponibilidade de Ativos				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1427
Rubrica	

Amortização Sensor Volumétrico IoT	UN/Mês	1	R\$	R\$		
Amortização Cesto Inteligente (Polímero)	UN/Mês	1	R\$	R\$		
Seguro de Reposição para Vandalismo, Quebra e Perda (SLA 48h)	%	[5%]	R\$	R\$		
B. Conectividade e Logística de Ativos						
Plano de Dados IoT (LoRaWAN ou NB-IoT) por Ponto	UN/Mês	1	R\$	R\$		
C. Logística Reversa						
Taxa de Descarte Ambiental (Bateria)	UN	1	R\$	R\$		
D. Custos Indiretos, Tributos e Lucro						
Despesas Administrativas e Gestão do Software	%	[X%]	R\$	R\$		
Impostos Incidentes (ISS, PIS, COFINS)	%	[X%]	R\$	R\$		
Margem de Lucro	%	[X%]	R\$	R\$		
PREÇO TOTAL UNITÁRIO DO ITEM 02 (Por Sensor/Mês)				R\$		
PREÇO TOTAL DO ITEM 02 (Por 7.000 Sensores/Mês)	R\$		PREÇO TOTAL DO ITEM 02 (Por 7.000 Sensores/Ano)	R\$		

COMPOSIÇÃO DO ITEM 03: Implantação de Software e Parametrização

Este item refere-se ao setup lógico: configuração de servidores, APIs, regras de negócio e dashboards.

DESCRIÇÃO DO CUSTO (IT e Gestão)	UNID.	QTD.	CUSTO UNIT.	TOTAL (R\$)
A. Serviços de Engenharia de Sistemas				
Configuração de Ambiente e Banco de Dados	Hora/Tec	80	R\$	R\$
Desenvolvimento de Integração (API)	Hora/Dev	120	R\$	R\$



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1428
Rubrica	

Parametrização de Regras e Dashboards	Hora/Analista	60	R\$	R\$	
B. Custos Indiretos, Tributos e Lucro					
Despesas Administrativas e Gestão do Software	%	[X%]	R\$	R\$	
Impostos Incidentes (ISS, PIS, COFINS)	%	[X%]	R\$	R\$	
Margem de Lucro	%	[X%]	R\$	R\$	
PREÇO TOTAL DO ITEM 03 (Empreitada Global)				R\$	

COMPOSIÇÃO DO ITEM 04: Site Survey e Georreferenciamento (Setup Físico)

Este item é o mapeamento de campo dos 7.000 bueiros antes da instalação dos cestos.

Unidade de Medida Final: Serviço (Execução Única).

Meta: Mapeamento de 7.000 pontos.

DESCRIÇÃO DO CUSTO (Logística e Campo)	UNID.	QTD.	CUSTO UNIT.	TOTAL (R\$)
A. Execução de Campo				
Vistoria Técnica e Cadastro (Ponto a Ponto)	Unid.	7.000	R\$	R\$
Teste de Sinal de Rede (Conectividade)	Unid.	7.000	R\$	R\$
B. Logística de Mapeamento				
Deslocamento em Campo (Veículo Leve)	Km	10.500	R\$	R\$
C. Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Despesas Administrativas e Gestão do Software	%	[X%]	R\$	R\$
Impostos Incidentes (ISS, PIS, COFINS)	%	[X%]	R\$	R\$
Margem de Lucro	%	[X%]	R\$	R\$
PREÇO TOTAL DO ITEM 04 (Empreitada Global)				R\$

Nota: Para 7.000 pontos, estima-se que uma equipe consiga mapear entre 40 a 60 bueiros por dia, dependendo da densidade urbana de Maricá.

COMPOSIÇÃO DO ITEM 05: Serviços Continuados de Operação (Mensal)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1429
Rubrica	

Valor mensal global para execução de limpeza, desobstrução e aplicação de BTI.

Unidade de Medida Final: Mês.

Meta: 12 Meses de Operação Plena.

DESCRIÇÃO DO CUSTO OPERACIONAL	UNID.	QTD.	CUSTO UNIT.	TOTAL (R\$)
A. Frota e Equipamentos de Engenharia				
Diária de Caminhão Combinado (Hidrojato)	Diária	44	R\$	R\$
Diária de Caminhão Hipervácuo	Diária	22	R\$	R\$
Diária de Veículo de Apoio/Supervisão	Diária	110	R\$	R\$
B. Insumos Operacionais e Saneamento				
Larvicida Biológico (BTI)	Dose	7.000	R\$	R\$
Destinação Final de Resíduos (Aterro)	Tonelada	250	R\$	R\$
C. Serviços de Campo (Apoio à Frota)				
Hora-Homem de Operação Saneamento	Hh	3.520	R\$	R\$
D. Custos Indiretos, Tributos e Lucro				
Despesas Administrativas e Gestão do Software	%	[X%]	R\$	R\$
Impostos Incidentes (ISS, PIS, COFINS)	%	[X%]	R\$	R\$
Margem de Lucro	%	[X%]	R\$	R\$
PREÇO TOTAL MENSAL DO ITEM 05 (Global)				R\$

COMPOSIÇÃO DO ITEM 06: Treinamento e Capacitação Técnica

Capacitação de 50 servidores (operacional e gestão).

Unidade de Medida Final: Turma.

Meta: 1 Evento de Capacitação.

DESCRIÇÃO DO CUSTO (Instrução e Material)	UNID.	QTD.	CUSTO UNIT.	TOTAL (R\$)
A. Instrutoria e Especialistas				
Hora Técnica de Instrutoria	Hora	10	R\$	R\$
B. Material Didático e Apoio				
Material Didático (Kit Aluno)	Unid.	50	R\$	R\$
C. Custos Indiretos, Tributos e Lucro				



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1430
Rubrica	

Despesas Administrativas e Gestão do Software	%	[X%]	R\$	R\$	
Impostos Incidentes (ISS, PIS, COFINS)	%	[X%]	R\$	R\$	
Margem de Lucro	%	[X%]	R\$	R\$	
PREÇO TOTAL DO ITEM 06 (Evento Global)				R\$	





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1431
Rubrica	

DOS VALORES REFERENCIAIS

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (ESTIMATIVA/ QTD MÁXIMA)	Valor Unitário (Mediana)	Valor Total
1	1	Subscrição de Software (Licenciamento SaaS): Direito de uso anual da plataforma de telegestão, aplicativos mobile, dashboards e APIs de integração.	Subscrição Anual (por sensor)	7.000,00	R\$ 2.255,770	R\$ 15.790.390,00
	2	Disponibilização de Infraestrutura IoT (IaaS): Subscrição anual referente à disponibilização, locação e garantia de funcionamento de 7.000 sensores e cestos inteligentes	Subscrição Mensal (por sensor)	84000 (7.000 UN * 12 Meses)	R\$ 524,14	R\$ 44.027.760,00



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1432
Rubrica	

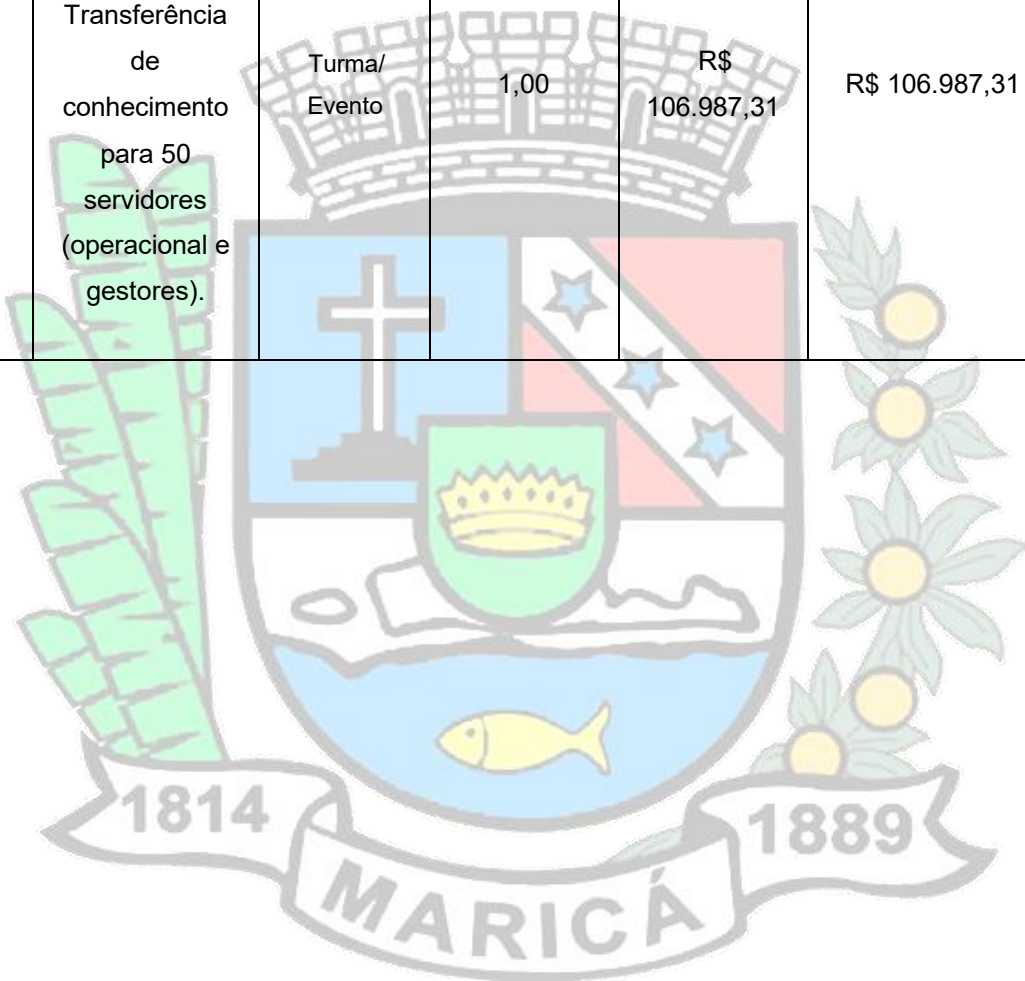
		(Hardware as a Service).				
3		Implantação de Software e Parametrização: Configuração do ambiente em nuvem, cadastro de usuários, criação de regras de negócio e setup inicial.	Serviço (Empreitada)	1,00	R\$ 920.576,81	R\$ 920.576,81
4		Site Survey e Georreferenciamento (Setup Físico): Mapeamento em campo dos 7.000 pontos, análise de conectividade e cadastro na base GIS.	Serviço (Empreitada)	1,00	R\$ 460.088,09	R\$ 460.088,09
5		Serviços Continuados de Operação e Saneamento: Execução de limpeza mecanizada, desobstrução,	Mês	12,00	R\$ 2.561.083,64	R\$ 30.733.003,68



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1433
Rubrica	

		manutenção física e suporte técnico.				
	6	Treinamento e Capacitação Técnica: Transferência de conhecimento para 50 servidores (operacional e gestores).	Turma/Evento	1,00	R\$ 106.987,31	R\$ 106.987,31





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1434
Rubrica	

Anexo ao Termo de Referência

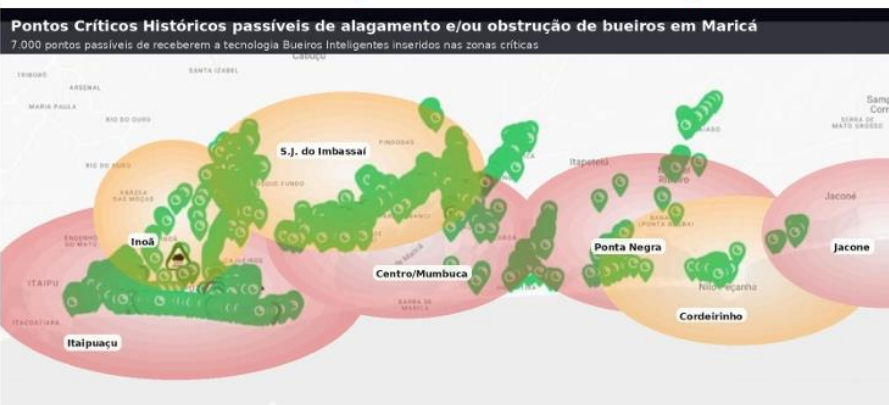
PONTOS CRÍTICOS ALAGAMENTOS MARICÁ

Áreas sensíveis as chuvas, alagamentos e entupimento de bueiros/caixas ralo – 7.000 pontos



PONTOS CRÍTICOS ALAGAMENTOS MARICÁ

Áreas sensíveis as chuvas, alagamentos e entupimento de bueiros/caixas ralo – 7.000 pontos





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1435
Rubrica	

PONTOS CRÍTICOS ALAGAMENTOS MARICÁ

Áreas sensíveis as chuvas, alagamentos e entupimento
de bueiros/caixas ralo – 7.000 pontos

1. Itaipuaçu (Distrito com maior recorrência)

Pontos críticos recorrentes:

- Jardim Atlântico (diversas quadras próximas à orla e canal)
- Rua 34
- Rua 70
- Rua 83
- Avenida Zumbi dos Palmares
- Região próxima ao Canal de Itaipuaçu
- Loteamentos com baixa declividade e drenagem insuficiente

★ Causa recorrente:

- Lençol freático alto
- Proximidade com lagoa
- Sistema de drenagem subdimensionado
- Assoreamento de canais
- Crescimento urbano acelerado

Itaipuaçu historicamente é o epicentro dos eventos de alagamento em Maricá.

2. Centro / Mumbuca

Locais mais afetados:

- Rua Ribeiro de Almeida
- Entorno da Rodoviária
- Proximidades da Prefeitura
- Mumbuca (áreas mais baixas)

★ Fatores:

- Sistema antigo de drenagem
- Impermeabilização urbana
- Escoamento insuficiente em chuvas intensas

PONTOS CRÍTICOS ALAGAMENTOS MARICÁ

Áreas sensíveis as chuvas, alagamentos e entupimento
de bueiros/caixas ralo – 7.000 pontos

3. São José do Imbassaí

Pontos recorrentes:

- Margens da RJ-106 (Rodovia Amaral Peixoto)
- Áreas próximas a valões e canais
- Loteamentos mais baixos

★ Problemas:

- Extravasamento de canais
- Bueiros obstruídos
- Convergência de águas de bairros mais altos

1. Itaipuaçu (Distrito com maior recorrência)

Pontos críticos recorrentes:

- Jardim Atlântico (diversas quadras próximas à orla e canal)
- Rua 34
- Rua 70
- Rua 83
- Avenida Zumbi dos Palmares
- Região próxima ao Canal de Itaipuaçu
- Loteamentos com baixa declividade e drenagem insuficiente

★ Causa recorrente:

- Lençol freático alto
- Proximidade com lagoa
- Sistema de drenagem subdimensionado
- Assoreamento de canais
- Crescimento urbano acelerado

Itaipuaçu historicamente é o epicentro dos eventos de alagamento em Maricá.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1436
Rubrica	

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL E ADMINISTRATIVA

Para a execução deste instrumento jurídico, as partes declaram conhecer a Lei Federal nº 12.846/2013, se comprometem a atuar de forma ética, íntegra, legal e transparente, e estão cientes de que não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta, indireta ou por meio de subcontratados ou terceiros, quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada.

Parágrafo primeiro – A responsabilização da pessoa jurídica subsiste nas hipóteses de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária, ressalvados os atos lesivos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação, quando a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido.

Parágrafo segundo – As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Maricá, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

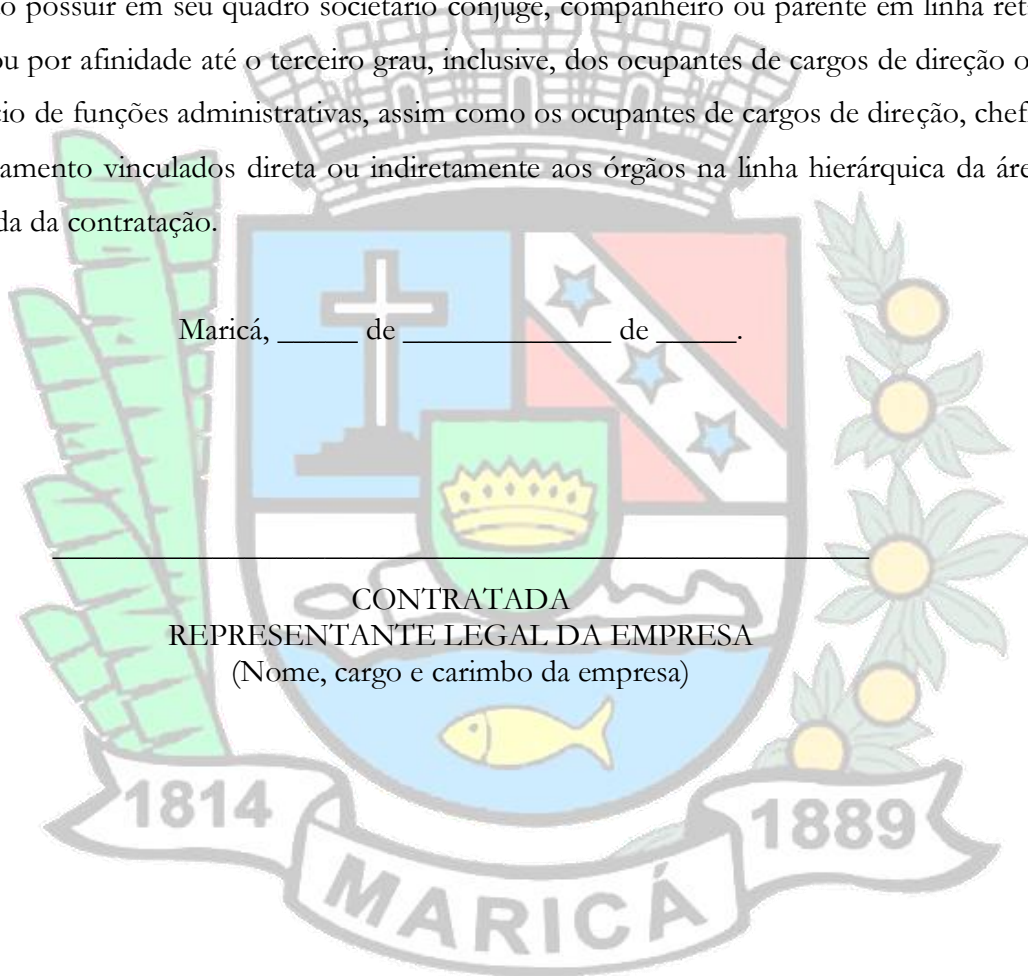
Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1437
Rubrica	

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO

Para a execução deste instrumento jurídico, a CONTRATADA, por meio de seu representante, declara não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1438
Rubrica	

ANEXO VI
DECLARAÇÃO - ART. 9º, § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____

[endereço da sociedade empresarial]

DECLARAMOS, sob as penalidades cabíveis, que não participam dos nossos quadros funcionais profissionais que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses.

DECLARAMOS, ainda, que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1439
Rubrica	

ANEXO VII
DECLARAÇÃO REF. AO EMPREGO DE MENOR

(em papel timbrado da empresa)

_____, [órgão ou entidade licitante] Ref. Licitação nº
_____/_____, [denominação/razão social da
sociedade empresarial], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº
_____, por intermédio do seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da carteira de identidade nº
_____ e inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº
_____, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei
Federal nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: () Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1440
Rubrica	

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

ART. 63, inciso I e § 1º, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o inciso I do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que atendemos aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Considerando o disposto no § 1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS, sob pena de desclassificação, que nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Maricá, _____ de _____ de 1889.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1441
Rubrica	

ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63,
IV, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____

[endereço da sociedade empresarial]

Considerando o disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, DECLARAMOS que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1442
Rubrica	

ANEXO X
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS NORMAS DE SAÚDE E
SEGURANÇA DO TRABALHO

DECLARO, sob a penas da lei e para os devidos fins de comprovação junto ao(à)
_____ [órgão ou entidade CONTRATANTE], que, na execução do presente
contrato, são devidamente observadas as normas de saúde e segurança do trabalho
pertinentes.

Maricá, _____ de _____ de _____.

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1443
Rubrica	

**ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial], Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ n.º _____, com sede à [endereço da sociedade empresarial], por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) [nome completo], portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pelo _____ e do CPF n.º _____,

DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/2023, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Art. 3º, I, da Lei Complementar nº123/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123/2006;
- () MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme §1º do Art. 18-A da Lei Complementar nº 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188/2021;
- () COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda, que:

1. a empresa está excluída das vedações constantes do §4º do Art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
2. não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o Art.3º, II, da Lei Complementar nº 123/2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação. Para as contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites anteriormente previstos, o que deverá ser obrigatoriamente observado.

Maricá, ____ de ____ de ____.

CONTRATADA
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1444
Rubrica	

ANEXO XII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA

(em papel timbrado da empresa)

[denominação/razão social da sociedade empresarial]

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ nº _____.

[endereço da sociedade empresarial]

Em atendimento à previsão legal contida no art. 67, VI da Lei Federal nº 14.133/2021,

[nome completo do representante legal da empresa],
DECLARO que o(a) Sr(a). _____ [nome completo
do profissional indicado da empresa], profissional indicado por essa empresa, realizou visita para fins
de vistoria técnica ao _____ [local ou equipamento visitado],
acompanhado do respectivo responsável, tendo tomado ciência de todas as condições locais
para o cumprimento das obrigações inerentes ao objeto da licitação na modalidade _____,
nº ____/____, as quais serão consideradas quando da elaboração da proposta que vier a ser
apresentada.

Maricá, ____ de _____ de ____.

Agente Público

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Profissional indicado pela Empresa

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Representante Legal da Empresa

(Nome, cargo e carimbo da empresa)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1445
Rubrica	

ANEXO XIII

(MODELO)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS PE-RP-[SIGLA DO
ORGÃO OU ENTIDADE LICITANTE] Nº ____/____

VALIDADE: ____/____/____

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na ____ [endereço do órgão contratante], o
MUNICÍPIO DE MARICÁ, por meio do ____ [órgão da Administração Direta], ou
____ a(o) [entidade da Administração Indireta], nos termos das normas de caráter geral da
Lei Federal nº 14.133/2021, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto
Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal
nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor,
instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, e pelos **Decretos Municipais nº
881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 937/2022 e 78/2025**, em face do
resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS [SIGLA DO
ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE] Nº ____/____, realizado por meio do processo
administrativo nº ____/____/____, homologado em ____ e publicado no
Jornal Oficial do Município em ____/____/____, RESOLVE registrar os preços das empresas
classificadas, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas
Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto o registro de preços para contratação de
____ (serviços/fornecimento contínuo) para atender aos órgãos e
entidades da Prefeitura de Maricá, consoante o disposto no Edital de PREGÃO
ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS [SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE
LICITANTE] Nº ____/____ e no Termo de Referência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1446
Rubrica	

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	
EMPRESA		PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
REPRESENTANTE LEGAL:			
CPF:			
RG:			

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de _____ (_____) meses *[limitado a 1 ano, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso]*, a partir da data de sua assinatura, devendo ser procedida a sua publicação no Jornal Oficial do Município, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal de Transparência do Município de Maricá.

Parágrafo Primeiro – O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado, observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo Segundo – A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho das empresas na execução das obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – ORDEM DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços cujos preços ora são registrados será requisitada por requerimento do Órgão Gerenciador, o qual conterà, sucintamente:

- o número da Ata;
- a descrição do serviço;
- o local de entrega e hora;
- o valor da requisição;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1447
Rubrica	

- e) as condições de pagamento;
- f) as penalidades;
- g) a garantia contratual.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à empresa beneficiária após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data contados da data de adimplemento da parcela correspondente.

Parágrafo Primeiro – O pagamento será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito ou da efetiva prestação de serviços atestada, sem que o órgão esteja obrigado a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto no respectivo cronograma e em anexos do edital não tenham sido regularmente entregues e aceitos.

Parágrafo Segundo – No caso de erro em eventuais documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à empresa para retificação ou substituição.

Parágrafo Terceiro – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no _____ [setor competente do órgão ou entidade licitante] e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Quinto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O fornecimento dos materiais obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração.

Parágrafo Primeiro – Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas à prestação dos serviços, observadas as condições do Termo de Referência (Anexo ____) e desta Ata de Registro de Preços.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1448
Rubrica	

Parágrafo Segundo – O Órgão Gerenciador promoverá periodicamente pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

Parágrafo Terceiro – As empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Pregão.

Parágrafo Quarto – Como condição a prestação dos serviços, as empresas beneficiárias que tiverem seus preços registrados se comprometem a apresentar a documentação referente à sua habilitação devidamente atualizada.

Parágrafo Quinto – No caso de produtos importados, toda a documentação relativa à importação deverá estar disponível a qualquer tempo.

Parágrafo Sexto – A aceitação dos produtos pela Administração não exclui a responsabilidade civil da empresa beneficiária por vícios de quantidade ou qualidade dos itens ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência (Anexo ____), ainda que verificados posteriormente.

Parágrafo Sétimo – A Administração poderá exigir amostra ou prova de conceito do bem no período de vigência da Ata de Registro de Preços, conforme previsto no Edital e desde que justificada a necessidade de sua apresentação.

Parágrafo Oitavo – Será de responsabilidade do Beneficiário que tiver seu(s) preço(s) registrado(s) o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do edital e com as obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preço.

Parágrafo Nono – O inadimplemento de qualquer item do Edital ou desta Ata ensejará, a critério do Titular do Órgão Gerenciador, o cancelamento do registro do preço do inadimplente, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa das licitantes vencedoras em assinar a presente Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1449
Rubrica	

independentemente do disposto no subitem 21.4 do Edital, sujeitando-a às penalidades previstas na Cláusula 24 do instrumento convocatório.

CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

Parágrafo Primeiro Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo de fornecimento dos bens ou prestação dos serviços e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto aos fornecedores.

Parágrafo Segundo Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por álea extraordinária, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, observando-se os seguintes procedimentos:

- Os fornecedores ou prestadores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- A ordem de classificação dos fornecedores/prestadores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
- A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

Parágrafo Terceiro Quando o preço registrado tornar-se inferior ao preço de mercado, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata, observando-se aos seguintes procedimentos:

- Devem necessariamente ser atendidos os seguintes quesitos:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1450
Rubrica	

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

b) A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

c) Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

d) Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no item antecedente, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

f) Liberado o fornecedor na forma do item antecedente, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

g) Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1451
Rubrica	

estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

h) Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

Parágrafo Quarto O registro do fornecedor será cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- I – forem descumpridas as condições da ata de registro de preços, sem justificativa plausível;
- II – não for retirada a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não for aceita a redução do seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV – for aplicada sanção de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade.
- V – não for aceito o preço revisado pela Administração.

Parágrafo Quinto O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I- por razão de interesse público; ou
- II - a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – FORO

Fica eleito o Foro de Maricá para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital e Anexos do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS [**SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE**] Nº ____/____ e as propostas de preço das licitantes vencedoras do mencionado Pregão.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1452
Rubrica	

E por estarem justos e acordados, assinam a presente em ____ (_____) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Maricá, _____ de _____ de _____.

Pregoeiro

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha

(Nome, cargo, matrícula e lotação)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1453
Rubrica	

ANEXO XIV

MINUTA DE CONTRATO (PREGÃO ELETRÔNICO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU FORNECIMENTO CONTÍNUO)

Termo de Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE MARICÁ**, por meio do _____ [órgão da *Administração Direta*], ou a (o) _____ [entidade da *Administração Indireta*], como **CONTRATANTE**, e a _____, como **CONTRATADA**, para _____ [prestação de serviços/fornecimento contínuo] na forma abaixo.

Aos dias ____ do mês de ____ do ano de ____, na _____ [endereço do órgão contratante], o **MUNICÍPIO DE MARICÁ**, por meio do _____ [órgão da *Administração Direta*], ou _____ a(o) [entidade da *Administração Indireta*], a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], e a sociedade _____, estabelecida na _____ [endereço da sociedade *CONTRATADA*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº _____, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ [representante da sociedade adjudicatária] têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO [SIGLA DO ÓRGÃO OU ENTIDADE LICITANTE] Nº ____/____, realizado por meio do processo administrativo nº ____/____/____, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1454
Rubrica	

– Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações, pelos **Decretos Municipais nº 881/2022, 882/2022, 914/2022, 921/2022, 922/2022, 78/2025 e 937/2022**, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a contratação de _____ [serviços/fornecimento contínuo], devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência (Anexo _____ do Edital de Pregão Eletrônico nº _____), na forma abaixo descrita:

Parágrafo Único – O objeto do Contrato será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo nº ____/____, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ _____ (por extenso), correspondendo a uma despesa mensal de R\$ _____ (_____ reais).

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) _____ [setor competente do órgão ou entidade licitante].

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do serviço prestado será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1455
Rubrica	

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) _____ [*setor competente do órgão ou entidade contratante*].

Parágrafo Terceiro – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços/fornecimento efetivamente executados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro, sem que o(a) _____ [*órgão ou entidade licitante*] esteja obrigado(a) a pagar o valor total do Contrato.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração [*a ser exigida nos contratos com cooperativa versando o fornecimento de mão-de-obra*] de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no _____ [*setor competente do órgão ou entidade licitante*] e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

Parágrafo Sétimo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de _____ () meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

Parágrafo Primeiro – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice _____, calculado por meio da seguinte fórmula:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1456
Rubrica	

$$R = Po [(I-I_0)/I_0]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

I₀ = índice mensal relativo ao mês do orçamento estimado;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

[Sendo o serviço por escopo, incluir a seguinte previsão:]

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço das etapas do serviço que, comprovadamente, sofrerem atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria CONTRATADA, e também das que forem executadas fora do prazo, sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação, de acordo com o estabelecido no art. 518 do RGCAF.

[No caso de regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, incluir os seguintes parágrafos:]

Parágrafo Quarto – Observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento será por repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.

Parágrafo Quinto – A repactuação terá data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO–FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 120 (cento e vinte) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1457
Rubrica	

CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de execução dos serviços objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência (Anexo _____ do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº _____).

CLÁUSULA OITAVA – FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da execução dos serviços caberá a comissão designada por ato do _____ [titular do órgão ou entidade licitante]. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1458
Rubrica	

fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA – GARANTIA (INSERIR APENAS SE FOR O CASO DE PREVISÃO REQUERIDA PELA SECRETARIA REQUISITANTE. CASO CONTRÁRIO, NÃO INSERIR, RENUMERANDO AS CLÁUSULAS)

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de _____, no valor de R\$ _____ equivalente a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato.

Parágrafo Primeiro – O (a) _____ [órgão ou entidade] se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

Parágrafo Segundo – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de extinção do contrato decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a garantia reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

- 1) **Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):**

Parágrafo Quarto – Na hipótese de **descontos da garantia** a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de **7 (sete) dias úteis**, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de **48 (quarenta e oito) horas**, sempre contados da utilização ou da notificação pelo _____ [órgão ou entidade], o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1459
Rubrica	

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

2) Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro–Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021)

Parágrafo Quarto – A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de **XX (XXX)** dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

Parágrafo Quinto – A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

Parágrafo Sexto – No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro–garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

Parágrafo Sétimo – As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

Parágrafo Oitavo – A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1460
Rubrica	

Parágrafo Nono – A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo Décimo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

Parágrafo Décimo Primeiro – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

3) Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança–Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto – A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados.

Parágrafo Sexto – A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de **XX (XXX)** dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

Parágrafo Sétimo – No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

Parágrafo Oitavo – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1461
Rubrica	

Parágrafo Nono – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

4) Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo Quarto – A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

Parágrafo Quinto – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de **7 (sete) dias úteis** do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo Sexto – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

5) Caso seja utilizada garantia modalidade de Título de Capitalização (art. 96, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Parágrafo quarto - O Título de Capitalização será custeado por pagamento único, na modalidade instrumento de garantia, com resgate pelo valor total e prazo de vigência idêntico ao prazo do contrato.

Parágrafo quinto - O Título de Capitalização deverá ser emitido por Sociedades de Capitalização autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, – fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com o Título de Capitalização, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

Parágrafo sexto - O Título de Capitalização emitido não poderá conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverá conter declaração expressa da Sociedade de Capitalização da qual conste que conhece integralmente este contrato.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1462
Rubrica	

Parágrafo sétimo - Na hipótese de Resgate do Título de Capitalização a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pelo _____ [órgão ou entidade], o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo oitavo - A CONTRATADA encaminhará ao CONTRATANTE cópia autenticada do Título de Capitalização antes da assinatura do contrato.

Parágrafo nono - Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

Parágrafo décimo - A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por _____ dias/meses contados da data de assinatura (ou da data estabelecida no memorando de início, se houver).

Parágrafo Primeiro – O prazo de execução dos serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos dos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo – No caso de serviços e fornecimentos contínuos, o contrato poderá ser prorrogado na forma dos arts. 107 e 106, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e das demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I – prestar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
- II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- III – responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1463
Rubrica	

- IV – atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- V – reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;
- VI – responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:
- a) em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do presente Contrato, com a inclusão do Município de Maricá ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- b) no caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do presente Contrato, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- c) as retenções previstas nas alíneas “a” e “b” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Maricá ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de Maricá ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;
- d) eventuais retenções previstas nas alíneas “a” e “b” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.
- VII – responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Projeto Básico/Termo de Referência, com as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT**, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo(a) _____ [setor do órgão ou entidade contratante responsável pela fiscalização da execução do contrato], assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1464
Rubrica	

materiais recusados, sem ônus para o(a) CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

VIII – manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato durante todo prazo de execução contratual;

IX – Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

X – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas, aquiescer à adoção, entre outras medidas, a serem adotadas pela Administração **no momento da contratação**:

- a) condicionamento o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;
- b) depósito de valores em conta vinculada;
- c) em caso de inadimplemento, o pagamento das verbas trabalhistas aos seus titulares, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;
- d) estabelecimento de que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

XI – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, apresentar quando, solicitado pela Administração, sob pena de multa, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

- a) registro de ponto;
- b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) comprovante de depósito do FGTS;
- d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1465
Rubrica	

até a data da extinção do contrato;

f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XII – nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, autorizar a Administração CONTRATANTE a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos;

XIII – cumprir durante toda a execução do contrato as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

XIV – manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XV – se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

XVI – informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial;

XVII – comprovar o cadastramento de seu endereço eletrônico perante os órgãos do Poder Judiciário, mantendo seus dados atualizados para fins de eventual recebimento de citações e intimações;

XXII – efetuar a retenção na fonte do imposto de renda sobre os pagamentos feitos às pessoas físicas e jurídicas, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observadas as exigências constantes no ordenamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Contrato;

II – Realizar a fiscalização do objeto contratado.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1466
Rubrica	

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo órgão requisitante, na forma do Decreto Municipal nº 78/2025, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo _____ do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº _____).

Parágrafo Primeiro – O objeto do presente contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento.

Parágrafo Segundo – Os serviços prestados em desacordo com a especificação do Edital e seus Anexos, e da Proposta deverão ser recusados pela Comissão responsável pela fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de recusa de recebimento, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços não aceitos, em prazo a ser estabelecido pela CONTRATANTE, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1467
Rubrica	

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando às penalidades previstas no Parágrafo Primeiro, “d”;

Parágrafo Primeiro - Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o órgão requisitante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- (c) Multa de 0,5% (meio por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas nas alíneas “b” e “c” observará os seguintes parâmetros:

- 1) 0,5% (meio por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 2) 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;
- 3) 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1468
Rubrica	

4) A multa prevista nas alíneas “b” e “c” do Parágrafo Primeiro será aplicada conforme as infrações cometidas e o nível de gravidade respectivo, indicados na matriz de risco e tabela a seguir:

IMPACTO	Alto	6 (4%)	8 (8%)	9 (10%)
	Médio	3 (1,5%)	5 (3%)	7 (6%)
	Baixo	1 (0,5%)	2 (1%)	4 (2%)
		BAIXO	MÉDIO	ALTO
PROBABILIDADE				

ITEM	DESCRIÇÃO	NÍVEL	MIN.	MÁX.
1	Deixar de manter, durante todo o período de vigência contratual, quaisquer das condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação.	9	10%	20%
2	Não entregar o objeto dentro dos prazos estabelecidos e na forma prevista neste Termo de Referência.	9	10%	20%
3	Não executar quaisquer das obrigações descritas no item 6 deste Termo de Referência.	9	10%	20%
4	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato.	9	10%	20%
5	Deixar de disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes.	8	8%	20%
6	Deixar de dispor de serviço de plantão telefônico 24 (vinte e quatro) horas por dia durante todos os dias da semana, inclusive fim de semana e feriados.	8	8%	20%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1469
Rubrica	

7	Se recusar a corrigir os erros nos documentos emitidos em razão da execução do objeto do contrato apontados pela Fiscalização.	8	8%	20%
8	Deixar de responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus colaboradores e por quaisquer prejuízos que sejam causados à CONTRATANTE e a terceiros.	8	8%	20%
9	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do objeto.	8	8%	20%
10	Deixar de se responsabilizar pelos encargos trabalhista, fiscal e comercial, pelos seguros de acidente e quaisquer outros encargos resultantes da prestação do serviço.	7	6%	20%
11	Deixar de encaminhar documentos fiscais e todas as documentações determinadas pelo fiscal do contrato para efeitos de atestar a entrega dos bens e comprovar regularizações.	6	4%	20%
12	Deixar de se responsabilizar pelas informações, documentos e relatórios entregues, bem como deixar de assinar os documentos, atas e relatórios produzidos.	6	4%	20%
13	Caucionar ou utilizar o contrato para quaisquer operações financeiras.	6	4%	20%
14	Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão do cumprimento de suas obrigações sem o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE	6	4%	20%
15	Utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer	5	3%	20%



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1470
Rubrica	

	atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.			
16	Deixar de relacionar-se com o CONTRATANTE, exclusivamente, por meio do fiscal do Contrato ou pessoa designada pelo Secretário da pasta.	4	2%	20%
17	Deixar de se sujeitar à fiscalização do CONTRATANTE, tais como, mas não limitados a, resposta de e-mails, telefonemas, atendimento às orientações do fiscal do contrato e a prestação dos esclarecimentos formulados.	3	1,5%	20%
18	Deixar de relatar à CONTRATANTE toda e quaisquer irregularidades ocorridas, que impeça, altere ou retarde a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias necessárias a seu esclarecimento.	3	1,5%	20%
19	Deixar de comparecer às reuniões agendadas, sem prévia comunicação	3	1,5%	20%

5) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Parágrafo Terceiro - Na gradação das multas administrativas serão observadas as seguintes regras:

- 1) Se o infrator, cumulativamente, não for reincidente na prática de infrações administrativas, não tiver agido com dolo e não tiverem ocorrido circunstâncias agravantes, o valor da multa será aplicado no mínimo previsto na tabela anterior;
- 2) Se, além dos elementos previstos no inciso anterior, a infração for cometida por pessoa física, microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativas, o valor da multa deverá ser inferior a um quarto do valor máximo previsto para a respectiva infração, não podendo, em qualquer caso, ser inferior ao mínimo previsto na tabela anterior;
- 3) São circunstâncias que sempre agravam a penalidade, quando não constituem ou qualificam a infração:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1471
Rubrica	

- a) Reincidência nas infrações;
- b) Ausência de comunicação, pelo infrator, do risco de danos a bens, pessoas e serviços;
- c) Ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária ou por outro motivo torpe, ou coagindo outrem para a execução material da infração,
- d) Afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente;
- e) Causando danos à propriedade alheia;
- f) Mediante fraude ou abuso de confiança;
- g) No interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais;

Parágrafo Quarto - A sanção prevista na alínea "d" do Parágrafo Primeiro será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133, de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Parágrafo Quinto - A sanção prevista na alínea "e" do Parágrafo Primeiro será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 155 da Lei 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo Sexto - As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo Sétimo - As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do Parágrafo Primeiro poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Oitavo - As multas previstas nas alíneas "b" e "c" do Parágrafo Primeiro não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1472
Rubrica	

Parágrafo Nono - As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresse nesse sentido.

Parágrafo Décimo - Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo Décimo Primeiro - A aplicação das sanções previstas no Parágrafo Primeiro não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Décimo Segundo - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Parágrafo Décimo Terceiro - Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nas alíneas “d” e “e” do Parágrafo Primeiro, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no Jornal Oficial de Maricá - JOM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RECURSOS

A CONTRATADA poderá apresentar:

- a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da intimação da aplicação das penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do caput da Cláusula anterior;
- b) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
- c) **Pedido de Reconsideração** no prazo de **15 (quinze) dias úteis** contados da ciência



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1473
Rubrica	

da aplicação da penalidade estabelecida na alínea “e” do caput da Cláusula anterior;

Parágrafo Único – Os recursos a que aludem as **alíneas “a” e “b”** do caput da presente Cláusula serão dirigidos à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar a decisão recorrida, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior para decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EXTINÇÃO

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Segundo – Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à **multa** de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula Terceira e da Cláusula Décima Sexta, caput, alínea “c”, deste Contrato.

Parágrafo Quarto – A **multa** referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto – Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- (a) a devolução da garantia;
- (b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- (c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- (d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1474
Rubrica	

Cláusula.

Parágrafo Sétimo – No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VISÉSIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho, Código de Despesa_____, tendo sido empenhada a importância de R\$ _____, por meio da Nota de Empenho nº _____, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– FORO

Fica eleito o Foro Central de Maricá para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, na forma do Decreto Municipal nº 78/2025, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	25402/2025
Data do Início	09/12/2025
Folha	1475
Rubrica	

Tribunal de Contas do Município na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em _____ (_____)
vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

Maricá, _____ de _____ de _____.

Secretário ou Diretor de _____
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)